

Luís Carlos Ferreira Caixeiro

Proposta de recuperação do Parque Dr. França em Portel



Universidade do Algarve

Faculdade de Ciências e Tecnologia

2017

Luís Carlos Ferreira Caixeiro

Proposta de recuperação do Parque Dr. França em Portel

Mestrado em Arquitetura Paisagista

Trabalho efetuado sob a orientação de:

Professor Doutor Desidério Sares Batista



Universidade do Algarve

Faculdade de Ciências e Tecnologia

2017

PROPOSTA DE RECUPERAÇÃO DO PARQUE DR. FRANÇA EM PORTEL

Declaração de autoria do trabalho

Declaro ser o(a) autor(a) deste trabalho que é original e inédito. Autores e trabalhos consultados estão devidamente citados no texto e constam da listagem de referências incluída.

A handwritten signature in blue ink, reading "Luís Caixeiro", is written over a solid horizontal line.

(Luís Caixeiro)

© Luís Carlos Ferreira Caixeiro

A Universidade do Algarve reserva para si o direito, em conformidade com o disposto no Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos, de arquivar, reproduzir e publicar a obra, independentemente do meio utilizado, bem como de a divulgar através de repositórios científicos e de admitir a sua cópia e distribuição para fins meramente educacionais ou de investigação e não comerciais, conquanto seja dado o devido crédito ao autor e editor respetivos.

Agradecimentos

Em primeiro lugar gostaria de agradecer e dedicar este trabalho aos meus familiares, especialmente à minha mãe e às minhas avós que me deram todas as condições para eu poder frequentar a universidade, permitindo assim que chega-se até aqui.

Em segundo lugar, gostaria de agradecer ao professor e orientador Desidério Sares Batista que acompanhou todo o desenvolvimento deste trabalho, indicando sempre os melhores caminhos e as melhores opções a explorar sempre com o máximo rigor.

Agradeço também à Câmara Municipal de Portel pela possibilidade que ofereceu para que pudesse trabalhar um dos espaços públicos urbanos que gerem. E agradecer ao Departamento de Planeamento e Arquitetura pelos documentos fornecidos.

Gostaria também de agradecer aos restantes professores de Arquitetura Paisagista da Universidade do Algarve principalmente aos docentes de projeto e ordenamento e todos os outros que, de forma direta ou indireta, acabaram por contribuir para a realização deste trabalho através dos conhecimentos ou documentos fornecidos ao longo dos cinco anos de estudo.

Por fim, uma palavra de agradecimento aos colegas e à socióloga Marta Galante, minha namorada, amiga e companheira com quem trabalhei e troquei ideias ao longo da realização deste trabalho.

A todos,
um obrigado!

Resumo

Ao longo dos séculos os parques urbanos e jardins públicos tem sofrido inúmeras transformações. Conhecem-se hoje muitos benefícios que estes espaços oferecem para a qualidade de vida da população e do ambiente urbano, e a importância que adquiriram para o planeamento e desenho estratégico da cidade. O presente trabalho traça a evolução destes espaços verdes públicos urbanos, demonstrando a importância que ganharam ao longo dos tempos e perspetivando o seu futuro. Estas duas tipologias de espaços verdes apresentam entre si algumas diferenças, mas também algumas semelhanças, que foram identificadas, expostas e comparadas neste trabalho.

Esta investigação serve de base ao objetivo principal deste trabalho, que consiste na realização de uma proposta de recuperação urbana e paisagística do Parque Dr. França em Portel.

No entanto, para desenvolver uma proposta adequada para o Parque Dr. França em Portel foi necessário superar outro desafio que passava pela resposta à questão “será o Parque Dr. França um parque ou um Jardim?” que se relacionava com a verdadeira toponímia deste espaço. Após a identificação da correta toponímia do espaço, foi possível desenvolver uma proposta adequada que valoriza-se o espaço e que colmatasse as necessidades e carências sociais e urbanísticas da vila de Portel.

O projeto de recuperação do Parque Dr. França desenvolveu-se ao nível de estudo prévio, integrando a análise e caracterização do espaço, a definição da estratégia, programa e conceito, culminando com um conjunto de peças técnicas fundamentais: plano geral, cortes e perspetivas, planta de pavimentos e mobiliário urbano, plano de plantação e sementeiras, planta altimétrica e pormenores construtivos e por fim toda a componente de investigação que descreve e justifica as opções e soluções de projeto.

Abstract

Over the centuries urban parks and public gardens have experienced numerous transformations. Nowadays, there are many benefits that these spaces offer for the quality of life of the population and the urban environment, and the importance they have acquired for the strategic planning and design of the city. The present work traces the evolution of these urban public spaces, demonstrating the importance they have gained over time and looking to their future. These two typologies of green spaces present some differences between them, but also some similarities, which were identified, exposed and compared in this work.

This research is the basis of the main objective of this work, which consists in the realization of a proposal for urban and landscape recovery of Parque D. França, in Portel. However, in order to develop a suitable proposal for the Parque Dr. França in Portel, it was necessary to overcome another challenge that went through the answer to the question: "Will Parque Dr. França be a park or a Garden?" That was related to the true toponymy of this space. After identifying the correct toponymy of the space, it was possible to develop a suitable proposal that values the space and that fills the social and urban needs of the village of Portel.

The Parque Dr. França recovery project was developed at the level of prior study, integrating the analysis and characterization of the space, the definition of strategy, program and concept, ending with a set of fundamental technical parts: general plan, cuts and perspectives, pavement and street furniture, planting and sowing plan, altimetry plant and constructive details, and finally the entire research component that describes and justifies the project options and solutions.

Índice

Agradecimentos	I
Resumo	II
Abstract.....	III
Índice	IV
Índice de Figuras	VI
Índice de Tabelas	VIII
I. Introdução.....	1
1.1. Justificação do tema.....	1
1.2. Objetivos do projeto	2
1.3. Processo e estrutura de desenvolvimento da investigação	3
II. Enquadramento teórico e conceptual	4
2.1. Parque Urbano e Jardim Público: Origem, evolução e principais diferenças	4
2.1.1. Origem e evolução do Parque Urbano.....	4
2.1.2. Os primeiros Parques Urbanos	9
2.1.3. Características e funções do Parque Urbano	13
2.1.4. Benefícios do Parque Urbano	16
2.1.5. Origem e evolução do Jardim Público.....	18
2.1.6. Características e funções do Jardim Público	21
2.1.7. Parque Urbano e Jardim Público – Principais semelhanças e diferenças.....	23
2.1.8. O futuro dos espaços verdes em meio urbano	25
III. “ O Parque Dr. França”.....	29
3.1. Descrição do lugar	31
3.2. “Parque Dr. França” – Parque Urbano ou Jardim Público?	33
3.3. Análise integrada do espaço	36
3.4 Valores e potencialidades do espaço	36
3.5. Debilidades e dissonâncias do espaço	37
3.6. Elementos Construídos	40
3.7. Acessibilidade, mobilidade e iluminação pública	41
IV. Formalização da proposta.....	42
4.1. Proposta de intervenção.....	42
4.2. Metodologia e abordagem ao projeto - Estratégia, programa e conceito	43

4.3. Descrição das áreas propostas	44
4.4. Soluções de Projeto: os materiais vivos e os materiais inertes.....	52
4.5. Gestão e manutenção	55
Conclusão	56
Referências bibliográficas	58
Referências iconográficas.....	61
Anexos.....	63

Índice de Figuras

Figura 1 - Vista Vaux Le Vicomte	5
Figura 2 - Vista para os jardins Vaux Le Vicomte e sua envolvente	6
Figura 3 - Vista para o "Pavilion Cafe" - pequeno café do Victoria Park.....	10
Figura 4 - Plano geral Victoria Park.....	10
Figura 5 - Vista para o Central Park.....	11
Figura 6 - Vista no interior do Central Park.....	12
Figura 7 - Localização do Parque Dr. França em Portel (Fonte: Google Earth - imagem modificada em Photoshop).....	30
Figura 8 - Enquadramento do Parque Dr. França (Fonte: autor - imagem modificada em Photoshop).....	30
Figura 9 - Fonte datada de 1911 (Fonte: autor).....	31
Figura 10 - Levantamento topográfico cedido pela C. M. Portel representativo do espaço atual	33
Figura 11 - Alguns dos exemplares arbóreos presentes no espaço. Da esquerda para a direita: Melia azedarach; Populus alba; Platanus sp; Phoenix canariensis; Phoenix dactylifera; Morus alba (Fonte: autor - imagem modificada em Photoshop).....	37
Figura 12 - Sebe com sinais evidentes de degradação (Fonte: autor)	38
Figura 13 - Pequeno "lago" sem proteção (Fonte: autor)	39
Figura 14 - Localização do elemento de água "pequeno lago" e o conflito com o público (Fonte: autor).....	40
Figura 15 - Plano geral proposto - sem escala (Fonte: autor - imagem modificada em Photoshop).....	45
Figura 16 - Praça Este (E). Elementos presentes: espelho de água e edifício de apoio ao espaço. Área adjacente à Rua Prof. Dr. Bento Carraça (Fonte: autor - imagem modificada em Photoshop).....	46
Figura 17 - Zona Sul do espaço. Área livre de circulação e utilização, apta para a realização de eventos e jogos (Fonte: autor - imagem modificada em Photoshop)	46
Figura 18 - Zona Norte do parque. Praça de entrada equipada com nebulizadores (Fonte: autor - imagem modificada em Photoshop).....	47
Figura 19 - Vista para o edifício central de apoio ao espaço (Fonte: autor - imagem modificada em Photoshop).....	47

Figura 20 - Zona poente do parque, adjacente à Rua Parque Dr. França (Fonte: autor - imagem modificada em Photoshop)	48
Figura 21 - Zona Norte do espaço. Novos espaços de circulação adjacentes à via de circulação automóvel, solucionando os conflitos entre peão/automóvel (Fonte: autor - imagem modificada em Photoshop)	48
Figura 22 - Zona centro/norte. Localização do parque infantil (Fonte: autor - imagem modificada em Photoshop)	49
Figura 23 - Zona central do espaço (Fonte: autor - imagem modificada em Photoshop)	49
Figura 24 - Zona centro. Vista para os relvados e parque infantil (Fonte: autor - imagem modificada em Photoshop)	50
Figura 25 - Zona centro. Vista para os relvados, espelho de água e parque infantil (Fonte: autor - imagem modificada em Photoshop).....	50
Figura 26 - Localização dos cortes (Fonte: autor - imagem modificada em Photoshop)	51
Figura 27 - Corte (A-A') sem escala (Fonte: autor - imagem modificada em Photoshop)	51
Figura 28 - Corte (B-B') sem escala (Fonte: autor - imagem modificada em Photoshop)	51

Índice de Tabelas

Tabela 1: Funções dos Espaços Verdes/Parques Urbanos de acordo com os principais domínios	16
Tabela 2: Diferenças entre o Jardim e o Parque	25
Tabela 3: Evolução do Parque ao longo do Tempo – Adaptado de Craz; Boland (2004, p.103).....	26
Tabela 4: Tabela síntese de caracterização e comparação do Parque Dr. França face as características de Parque e Jardim	34
Tabela 5: Tabela de plantas selecionadas	52
Tabela 6: Tabela de pavimentos propostos.....	54

I. Introdução

A presente proposta de intervenção diz respeito ao Projeto de Requalificação Urbana e Paisagística do “Parque Dr. França” localizado na vila de Portel, distrito de Évora. Elaborada como projeto final de mestrado em Arquitetura Paisagista sob a forma de relatório e projeto, pretende através da sua formalização recuperar o referido espaço verde público urbano que se encontra bastante degradado e com sinais claros de perda de identidade. Como base para a elaboração da proposta foi realizada uma investigação teórica complementar que compreende, ainda que sumariamente, a história do Parque Urbano e o do Jardim Público desde as suas origens até à atualidade, e uma perspectiva do que poderá vir a ser o futuro desta categoria ou tipologia de espaço verde público.

A realização desta investigação prende-se com a necessidade de compreender o processo de desenvolvimento e estruturação que os parques e os jardins sofreram ao longo do tempo e dessa forma, compreender quais as suas principais características, funções e as diferenças e semelhanças entre ambos.

Tendo por base esse conhecimento será dada resposta a uma das questões principais que se coloca para o desenvolvimento do presente projeto: Será o “Parque Dr. França” em Portel um parque ou um jardim? A resposta a esta questão serviu de base à elaboração de uma proposta de recuperação do referido espaço procurando respeitar as suas características e valores, mas adequando-o às necessidades sociais atuais, equacionando no seu redesenho as solicitações e desejos da população.

1.1. Justificação do tema

O tema de trabalho, proposto pela Câmara Municipal de Portel, recai sobre o desenvolvimento de uma proposta de intervenção para o “Parque Dr. França”, no sentido da sua recuperação. A escolha do tema revelou-se pertinente pela necessidade de recuperar um espaço que ao longo do tempo foi perdendo qualidade, interesse social e ambiental. Apesar da sua excelente localização bem no interior da malha urbana como também pelo fato de corresponder a um dos primeiros “jardins” da vila de Portel, este

espaço de recreio e lazer caiu em desuso, encontrando-se atualmente degradado. Associado ao tema principal do trabalho pretende-se clarificar a questão referida anteriormente: Será o “Parque Dr. França” um parque ou um jardim? Este aspeto da investigação revela-se de suma importância porque embora, em termos de toponímia e de reconhecimento social o espaço seja apelidado de parque, a sua morfologia e dimensão, entre outras características, não correspondem aos requisitos do parque urbano em geral. Estes aspetos exigiram a realização de uma investigação sobre a tipologia de “Parque” na sua analogia com a de jardim público, enquanto tipologia de espaço público tradicional das nossas vilas e cidades, e que antecede a proposta de intervenção. Esta investigação tornou-se fundamental para a compreensão da estrutura e evolução dos parques urbanos nos últimos 150 anos e a sua comparação com a tipologia de jardim público, como base para a redefinição e identificação do espaço objeto de estudo e intervenção. Com base no conhecimento adquirido com a investigação teórica procurou-se responder a uma questão considerada essencial e, assim, partir para a formalização de uma proposta de requalificação bem fundamentada e de acordo com a tipologia do espaço verde público a intervir. Neste sentido, considera-se que a articulação entre a intervenção teórica e a investigação aplicada se revelou essencial e determinante para o desenvolvimento coerente e fundamentado do processo de redesenho e recuperação do “Parque/Jardim Dr. França”.

1.2. Objetivos do projeto

O objetivo principal deste projeto é a elaboração de uma proposta de recuperação do “Parque Dr. França” em Portel. Pretende-se assim desenvolvimento de uma nova organização espacial que, de acordo com os anseios e desejos da população, expressos num programa de projeto cedido pela autarquia, procure solucionar os problemas identificados e potencializar os valores presentes, bem como as oportunidades oferecidas por este espaço verde público. Para a concretização deste objetivo foi abordado o desenvolvimento histórico do Parque Urbano através da compreensão da evolução da sua estrutura e da identificação das características que o diferenciam do Jardim Público. Deste modo o estudo realizado permitiu determinar a verdadeira toponímia do “Parque Dr. França” sendo este outro dos objetivos deste trabalho.

1.3. Processo e estrutura de desenvolvimento da investigação

Pretende-se neste ponto, proceder à explicação do processo e método geral de desenvolvimento do trabalho de modo a explicar todo o processo iniciado na investigação teórica e que culminou na realização da proposta de intervenção. Contudo, o processo de trabalho não foi estanque, tratando-se de um processo aberto em permanente construção e articulação existindo avanços e recuos entre a fase de investigação teórica e a consequente fase de projeto.

O trabalho inicia-se com uma definição do que seria a estrutura da investigação acerca do tema “Origens do Parque e do Jardim”. Em seguida, foi elaborada uma pesquisa bibliográfica e iconográfica acerca do tema. Este processo levou ao surgimento de novas questões e novos pontos a introduzir no trabalho. Com a introdução de novos pontos surge também uma redefinição da estrutura de trabalho.

Com o conhecimento adquirido através da investigação teórica desenvolvida na primeira fase do trabalho, inicia-se uma abordagem ao “Parque Dr. França” de modo a compreender as suas características e, com base nas mesmas, considerá-lo um jardim e não um parque, embora a toponímia o reconheça como tal. Após a sua identificação como Jardim, procedeu-se a uma análise do espaço considerando os seus principais valores, constrangimentos, ameaças e oportunidades. O desenvolvimento desta caracterização e análise constituíram as bases para o desenvolvimento da proposta de Projeto.

Esta proposta corresponde a um processo dinâmico, em permanente evolução, que procura dar resposta quer a um programa definido pela autarquia, quer às solicitações dos cidadãos no desenho de um Jardim Público que possa contribuir para a melhoria da qualidade do ambiente e da qualidade de vida da população.

II. Enquadramento teórico e conceptual

2.1. Parque Urbano e Jardim Público: Origem, evolução e principais diferenças

Os Parques e Jardins surgem durante o período da revolução industrial tendo como objetivo a resolução de alguns problemas ambientais que os espaços urbanos apresentavam, sendo também considerados os pulmões verdes da cidade (Conway, 1996; Pardal, 2006). Esta investigação procura traçar, ainda que brevemente, a evolução dos conceitos de parque e de jardim, perspetivando o seu futuro.

No contexto urbano e metropolitano os parques e os jardins têm ganho cada vez mais importância sendo espaços indispensáveis nos dias de hoje a qualquer cidade. Para além de todas as funções que desempenham para a melhoria do ambiente urbano reúnem um conjunto de benefícios importantes para a população cidadina. Estes espaços, que cada vez mais vão ao encontro da ideia de sustentabilidade, procuram para além de todas as questões ecológicas e ambientais a eles associadas, promover a ligação do meio urbano ao meio rural, sendo incluídos nos métodos de planeamento e desenho urbano.

2.1.1. Origem e evolução do Parque Urbano

Quando apelidamos um espaço de “Parque” fazemo-lo, de um modo geral, para caracterizar ou identificar um espaço verde amplo com vegetação e alguns equipamentos de recreio e lazer. No entanto, ignora-se que este termo contém características próprias que o definem como um produto cultural com um passado que sustenta toda a sua evolução histórica ao longo dos tempos. O conceito de “Parque” tem evoluído ao longo dos anos tornando-se nos dias de hoje um espaço essencial para a população e fundamental para a qualidade do ambiente urbano.

Não é correto definir uma época precisa para a criação dos primeiros parques, pois muito provavelmente eles existiram desde sempre, apesar de nas épocas mais distantes o conceito de “Parque” não assumir o significado que lhe atribuímos nos dias de hoje.

Sem o carácter público que detêm atualmente, “no antigo mundo dos Assírios e Persas, os parques eram comuns mas constituíam refúgios fechados onde a realeza perseguia

animais de caça. Estes parques continham montes onde habitavam animais selvagens e lagos repletos de peixes e pássaros” (Pardal, 2006, p.104). Para além disso, estes espaços eram sobretudo áreas de lazer destinadas não só à caça mas também a momentos de recreio para dias festivos (Santos, 2006).

A construção deste tipo de parques manteve-se ao longo dos séculos não variando muito de época para época. Posteriormente, surge em França um Parque que se apresenta como um marco histórico, embora com caráter privado. O Parque Vaux-Le-Vicomte apresentado na figura 1 e 2, projetado por André Le Nôtre para o ministro das finanças do Rei Luís XIV, contém vários elementos da paisagem envolvente sobretudo a topografia e a vegetação preconizando, assim, a descoberta da escala da paisagem bem como a possibilidade da criação da paisagem idealizada (Pardal, 2006; Santos, 2006).



Figura 1 - Vista Vaux Le Vicomte. (Fonte: endereço eletrônico no índice de referências iconográficas pg.61)



Figura 2 - Vista para os jardins Vaux Le Vicomte e sua envolvente. (Fonte: endereço eletrônico no índice de referências iconográficas pg.61)

Estes tipos de espaços, criados ao longo dos tempos principalmente pelo poder político e eclesiástico, nunca poderiam ser reconhecidos como Parques na sua aceção atual apesar das suas características e dimensões. O motivo para a não atribuição desse reconhecimento deve-se, sobretudo, ao fato de serem espaços de uso privado não permitindo o livre acesso.

Em Inglaterra, no início do séc. XVIII, podiam também contemplar-se áreas de parques e jardins, ficando para a história, sobretudo, a ideia de parque e jardim inglês. Durante este século William Kent foi um dos protagonistas ficando reconhecido como o inventor do estilo paisagista inglês (Thompson, 2006). Estes espaços verdes estavam sobretudo associados a famílias nobres inglesas que começaram a incrementar o gosto pela criação paisagista e influenciando posteriormente a criação de temas e pinturas (Thompson, 2006). O Parque inglês, ainda de carácter privado, apresentava como características mais comuns a variedade florística, sebes, muros, vários tipos de árvores e arbustos, caminhos curvos e espaços abertos (Paiva, 2004).

O conceito de “Parque Urbano” como o conhecemos atualmente, surge na segunda metade do séc. XIX, com várias preocupações políticas relacionadas, sobretudo, com o bem-estar dos cidadãos e procurando ordenar e interligar o espaço urbano que nas cidades inglesas se encontrava desorganizado e fragmentado, fruto da intensa revolução industrial que se vivia (Conway, 1996; Pardal, 2006).

A revolução industrial iniciada no século XVIII em Inglaterra provocou um crescimento desmesurado das cidades levando a que estas se tornassem áreas caóticas e bastante poluídas. Esta situação deve-se à evolução tecnológica, utilização da maquinaria e abandono dos campos. Grande parte da área verde natural envolta à cidade diminuiu, tendo sido transformada em malha urbana e as restantes áreas destinadas à produção agrícola intensiva (Leitão, 2013; Hobsbawm, 1961; Santos, 2006).

Com o rápido crescimento e desenvolvimento urbano a área verde presente nas cidades diminuiu sendo substituída sobretudo por indústria e habitações. A população habitava as áreas adjacentes às fábricas e locais de trabalho o que aumentava a sua dependência do local de trabalho. Desta forma, as áreas naturais diminuíram e o dia-a-dia da população virou-se sobretudo para o trabalho, ficando para traz os momentos de recreio e lazer (Carvalho, 2009; Conway, 1996).

Devido ao rápido e desmesurado crescimento urbano associado à revolução industrial e aos novos hábitos populacionais, a qualidade do meio ambiente foi-se deteriorando, tal como a saúde da população. Deste modo, surgiu a ideia de que as áreas verdes e os espaços abertos eram espaços fundamentais que no seio da cidade e que contribuían de forma positiva para os aspetos ambientais, sociais, físicos e políticos (Conway, 1996).

De certa forma, a criação de uma cidade limpa contribuía, também, para uma satisfação geral da população e uma melhor performance no trabalho, pelo que, com a necessidade de dar respostas a todas estas questões sociais e ambientais surge o Movimento dos Parques Urbanos Públicos no final do Séc. XIX (Santos, 2006).

Este movimento desencadeou a criação dos primeiros Parques públicos. Para a história há que destacar o “pai” da Arquitetura Paisagista Americana, Frederick Law Olmsted.

Segundo Miller (2006, p. 29), terão questionado Frederick Law Olmsted de qual a razão da origem do grande movimento dos parques urbanos, que se tornou um fator

extremamente importante para as cidades, ao qual este terá afirmado: “(...) os parques não surgiram como mero resultado direto de qualquer grande invenção ou descoberta do século. Não são apenas um aperfeiçoamento do que possuímos anteriormente, nascendo sim de uma evolução geral das artes aplicáveis aos mesmos”.

O movimento dos parques foi, então, o movimento que respondeu aos graves problemas urbanísticos, ambientais e sociais convertendo-se no ponto de partida para uma nova perspectiva de planeamento e desenho urbano. A importância deste tema é pertinente ainda nos dias de hoje, pelo que cada vez mais deparamo-nos com a necessidade de integrar a natureza na cidade contemporânea através da introdução e criação de vários tipos de parques públicos.

Este movimento desencadeou ao longo dos tempos uma evolução do Parque dentro da cidade. O aparecimento desses espaços verdes na cidade foi aumentando ao longo dos dois últimos séculos, a sua formalização e integração no seio da cidade foi também sendo alterada ao longo dos tempos. Essas alterações devem-se ao avanço do conhecimento social, filosófico, urbanístico científico, ecológico e muitas outras áreas de estudo que demonstraram sobretudo, nesta época, cada vez mais a importância do crescimento e desenvolvimento planeado e da integração da natureza na cidade (Magalhães, 1992).

Deste modo, surge uma nova abordagem preconizada por Frederick Law Olsmsted relativamente aos parques isolados na cidade que propõe a evolução do conceito de parque isolado na cidade para um sistema contínuo de parques. Esta rede de espaços verdes públicos urbanos tinha como objetivo evitar sobretudo, o alastramento do edificado de forma contínua e/ou dispersa, e promover uma descentralização da cidade. Foi desta forma que se conseguiu realizar ligações entre a natureza e o meio urbano, interligando e criando uma rede de espaços que se estendia e se ligava através de vias, destinadas a peões ou carros, através de cursos de água ou simplesmente através de faixas de vegetação natural (Magalhães, 1992).

Este sistema de “Contínuo Natural” que incorpora os parques urbanos e áreas naturais permite a criação de novos espaços verdes e a recuperação e integração de outros, permitindo ao mesmo tempo a criação de corredores e ligações para peões, automóveis e animais dando particular importância às áreas com aptidão para este tipo de desenvolvimento integrado que funde a cidade e a natureza (Magalhães, 1992).

É de referir ainda que, ao longo dos tempos o conceito de Contínuo Natural que advém da criação e introdução deste sistema contínuo de parques, tem sido contestado ou reformulado. No entanto, a sua génese mantem-se sendo cada vez mais integrada nas estratégias de desenvolvimento urbano e metropolitano.

2.1.2. Os primeiros Parques Urbanos

O conceito de Parque tal como é entendido atualmente desenvolveu-se de modo a dar resposta aos problemas da Revolução Industrial cuja, visibilidade foi, sobretudo, demonstrada através do “Movimento dos Parques” nos finais do século XIX e início do século XX (Conway, 1996).

Foi então que, em Inglaterra, devido à Revolução Industrial se encontraram reunidas todas as condições para a implantação e criação dos primeiros Parques Públicos. Contudo, até ao século XIX todos os Parques existentes se encontravam em propriedades privadas o que limitava o uso destes espaços pelo que alguns eram considerados públicos, mas não municipais, perdendo assim alguma liberdade de utilização (Conway, 1996; Pardal, 2006). Exemplo disso foi a construção do primeiro Victoria Park no ano de 1830 em Bath, pela jovem princesa Victória ou o Regent’s Parque projetado por John Nash para o Príncipe George IV que só com o passar dos anos se tornou de livre acesso público (Conway, 1996). Com efeito, só na segunda metade do século XIX é que o conceito de Parque Urbano Público construído e projetado desde o início como forma de conexão e ligação do meio urbano, como elemento estruturante da cidade e como espaço de lazer, ganha expressão (Pardal, 2006).

Os primeiros parques terão sido criados sobretudo a Noroeste de Inglaterra mais precisamente em Manchester, Preston, Liverpool, Londres, e também em Glasgow na Escócia, tendo sido John Claudius Loudon um dos projetistas mais importantes da altura (Conway, 1996).

No entanto, o primeiro Parque construído por parte do governo local sem depender de terras privadas foi o segundo Victoria Park construído em Londres (Conway, 1996). Este Parque, com o desenho expresso na figura 3, foi projetado por James Pennethorne por volta do ano de 1841 e desenvolve-se precisamente com o objetivo de tentar qualificar

uma área desornada da cidade e procurando responder às principais questões e problemas originados pela Revolução Industrial (Pardal, 2006).

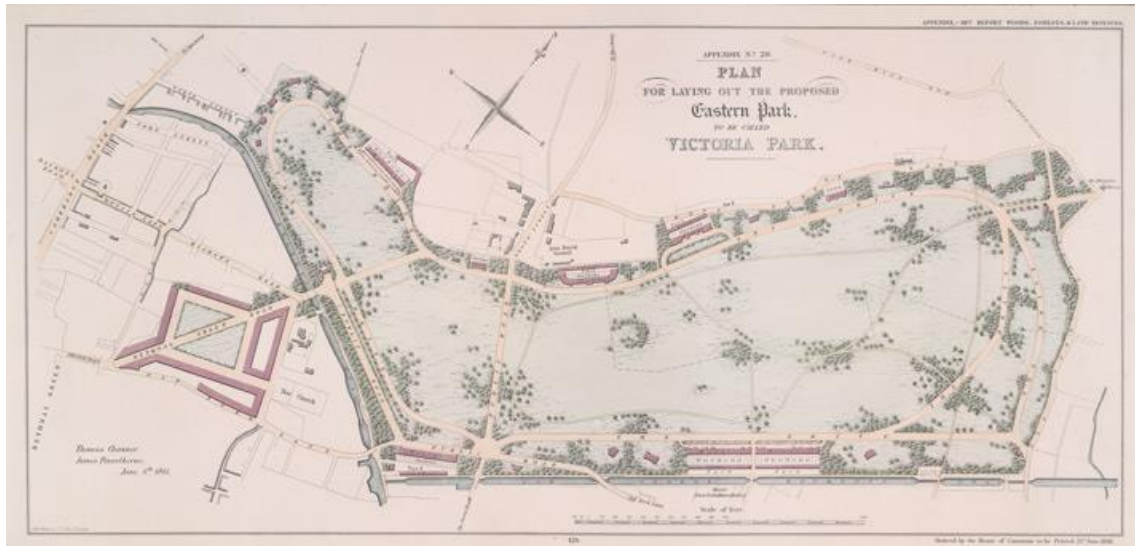


Figura 3 - Plano geral Victoria Park. (Fonte: endereço eletrônico no índice de referências iconográficas pg.61)



Figura 4 - Vista para o "Pavilion Cafe" - pequeno café do Victoria Park. (Fonte: endereço eletrônico no índice de referências iconográficas pg.61)

Após a construção do segundo Victoria Park surgem nas referidas cidades diversos Parques Públicos, nomeadamente o Birkenhead Park localizado próximo de Liverpool, projetado por Joseph Paxton, que viria também a ser um dos mais conceituados projetistas. O local da construção deste parque foi precisamente entre zonas residenciais, o que vem demonstrar a necessidade de criar espaços de recreio e lazer e também a necessidade de criar conexões entre a malha urbana (Pardal, 2006).

Para além dos Parques mencionados, existiram muitos outros que foram construídos por toda a Europa mas sobretudo em Inglaterra, tendo sido talvez estes os que mais marcaram aquela época e que chegaram até aos dias de hoje como uma referência.

Também nos Estados Unidos da América este movimento teve especial visibilidade e importância. Um dos principais Parques Públicos então construído, localizado em Nova Iorque, sendo reconhecido como uma das maiores referências no âmbito da Arquitetura Paisagista até à atualidade, é o Central Park, expresso na figura 5 e 6. Este parque foi projetado pelo Arquiteto Paisagista Frederick Law Olmsted com a colaboração de Clavert Vaux e inaugurado em 1857 apesar de a sua construção só ter ficado terminada em 1873. Este parque reflete diversas influências dos Parques europeus principalmente do Birkenhead Park (Conway, 1996; Miller, 2006; Pardal, 2006; Santos, 2006).



Figura 5 - Vista para o Central Park. (Fonte: endereço eletrónico no índice de referências iconográficas pg.61)



Figura 6 - Vista no interior do Central Park. (Fonte: endereço eletrônico no índice de referências iconográficas pg.61)

O Central Park foi o projeto chave para a introdução do novo conceito de “Sistema de Parques” embora seja considerado um parque urbano central sem articulação espacial com outros espaços verdes. Foi no entanto, a partir dele que Olmsted concluiu a necessidade de a cidade se organizar a partir da ideia de continuidade dos sistemas naturais e dos espaços verdes de recreio e lazer. Este modelo pensado por Olmsted, surge de modo a interligar vários pontos da metrópole, possibilitando a continuação dos sistemas naturais, maior e melhor circulação de pessoas, criação de diversos espaços públicos de recreio e lazer, e sobretudo, a presença da natureza em meio urbano (Quintas, 2014). Este novo conceito define que o traçado e composição do meio urbano deve ser realizado em função do desenho dos parques e das áreas com aptidão para a criação de espaços verdes. De uma forma geral, este novo modelo articula entre si características como a continuidade, elasticidade e a meandrização que permitem a realização de interligações entre várias áreas naturais e edificadas. Deste modo, consegue-se um maior equilíbrio entre a malha urbana e a “área natural” (Lima, 2007; Quintas, 2014).

O conceito de sistema contínuo de parques materializa-se na cidade de Boston, pela mão de Frederick Law Olmsted que desenvolveu um projeto designado de Emerald Necklace, ou Colar de Esmeraldas, entre 1878 e 1895 baseado na ideia de ligação e conservação de vários espaços naturais, conseguida através de corredores verdes e permitindo, assim, a ligação entre vários parques existentes e propostos para a cidade (Quintas, 2014).

Esta tendência multiplicou-se e expandiu-se posteriormente para a Europa, tendo as cidades de Copenhaga e Frankfurt adotado também este modelo sistémico de parques (Quintas, 2014).

Em Portugal, este conceito também se faz sentir embora com algumas limitações. Limitações essas que são idênticas a outros países europeus que não tiveram a possibilidade de reestruturar a cidade e respetiva malha urbana como aconteceu em alguns países anglo-saxónicos. No entanto, na cidade de Lisboa, existem alguns espaços que traduzem essa continuidade e ligação do meio natural com o meio urbano como é o caso do recente corredor verde de Monsanto proposto pelo Arquiteto Paisagista Gonçalo Ribeiro Telles, ou o Parque do Tejo e Trancão que interliga e faz a conexão da frente ribeirinha do Rio Tejo com a malha urbana (Lima, 2007; Magalhães, 2001; Quintas, 2014).

2.1.3. Características e funções do Parque Urbano

Foi durante o período da Revolução Industrial que surgiram os primeiros estudos focados na identificação das funções e conseqüentes benefícios das áreas verdes para as cidades e para o meio ambiente (Conway, 1996). A razão que levou a esta preocupação deve-se aos efeitos resultantes do crescimento da cidade, da introdução da maquinaria pesada e da intensa poluição. As cidades tornaram-se caóticas, bastante poluídas e ruidosas, onde a necessidade de introduzir áreas verdes era essencial, não só para a qualidade de vida da população, como também em prol do ambiente urbano.

Ao longo dos últimos anos existiu uma crescente introdução e valorização dos espaços verdes no meio urbano, sendo o setor público um grande impulsionador para a sua criação. A multifuncionalidade associada aos Parques tem evoluído consoante as diferentes épocas, sendo atualmente atribuído aos Parques Urbanos contemporâneos uma grande diversidade e valor funcional devido à quantidade de benefícios que estes apresentam (Fonseca, Gonçalves e Rodrigues, 2010; Magalhães, 2001; Pardal, 2006).

Neste sentido, as funções dos Parques são múltiplas e variam consoante o próprio conceito ou a finalidade a que se destinam (Santos, 2013). Segundo Guzzo, (1999) citado por Loboda e Angelis, (2005), as funções dos espaços verdes públicos em que se integra a tipologia de Parque dividem-se em três domínios: ecológico, social e estético. Contudo, a estes três domínios junta-se também a vertente económica referida por outros autores (Fonseca et. al., 2010).

Nefedov, (2006) amplia o leque de funções associadas aos Parques fundamentando que essas funções são úteis para o próprio desenvolvimento e evolução do conceito e dos futuros Parques uma vez que permitem definir objetivos e, assim, às quatro funções já referidas: ecológicas, social, estética e económica Nefedov, (2006), acrescenta a psicológica, tecnológica e a inovação. Por sua vez Atena (2009, p.14) refere que durante o século XX foram associadas aos Parques outras funções como as desportivas e de conservação dos recursos naturais. Em suma, as funções dos Parques urbanos acompanham o desenvolvimento e dinamismo da sociedade e suas tendências ao longo dos tempos.

Contudo, neste trabalho, será dado enfoque às quatro primeiras funções apresentadas: sociais, ecológicas, económicas e estéticas uma vez que são aquelas às quais se associam mais benefícios e também porque ao longo dos anos se revelaram essenciais na construção dos Parques Urbanos.

O domínio ecológico está sobretudo ligado aos ecossistemas e à relação com os fatores abióticos; às questões ambientais associadas à inter-relação entre o meio natural e o meio urbano sobretudo devido aos efeitos negativos gerados pelo crescimento da cidade, mas também relacionado com as questões de preservação dos recursos naturais (água, solo, vegetação) e proteção da biodiversidade, da fauna e flora (Atena, 2009; Loboda e Angelis, 2005; Santos, 2013).

A função social engloba sobretudo a capacidade de oferta de atividade pública que um determinado parque tem para os seus utilizadores, diretamente relacionada com todos os tipos de espaço de recreio lazer que é oferecida à população (Atena, 2009; Loboda e Angelis, 2005; Santos, 2013). O domínio social tem evoluído ao longo dos tempos apresentando hoje, condições que permitem a realização de diversas atividades como por exemplo passear, descansar, conviver, realização de eventos culturais, encontros sociais e atividades desportivas (Fonseca et. al., 2010).

A função económica corresponde ao contributo económico que os Parques podem dar. Este domínio revelou-se, ao longo dos anos, um domínio em crescimento devido à realização de pequenas feiras, mercados e exposições ao ar livre nos parques, tornando-se uma tendência nos últimos tempos. Estas atividades contribuem para o desenvolvimento económico sobretudo a nível local e regional. A realização de eventos de carácter socioeconómico nos espaços verdes desencadeia receitas e contributos que encaixam neste domínio, pois podem contribuir, também, para recolha de taxas, aumento de postos de trabalho, atratividade para o turismo e, ainda, a valorização do imobiliário (Fonseca et. al., 2010).

Por último, o domínio estético corresponde, segundo Atena, (2009) às questões relacionadas com a beleza e qualidade estética da paisagem urbana, através da utilização de vegetação. Esta função é ainda responsável por integrar os espaços construídos e de circulação (Loboda e Angelis, 2005). Ou seja, a vertente estética para além da atratividade que proporciona é também responsável pela criação e conexão de diversos espaços públicos urbanos importantes para a estruturação e coesão espacial da cidade e da sua relação e articulação com o espaço rural e natural envolvente.

De modo a sistematizar a informação associada às funções dos Parques Urbanos foi elaborada uma tabela síntese que apresenta uma descrição sumária das principais funções de acordo com os seus diferentes domínios, considerando um conjunto importante de autores (Atena, 2009; Cabral e Telles, 2005; Fonseca et. al., 2010; Loboda e Angelis, 2005; Magalhães, 2001; Sá, 2013; Santos, 2013).

Tabela 1: Funções dos Espaços Verdes/Parques Urbanos de acordo com os principais domínios

Domínio	Função
Ecológico/Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> - Libertação de Oxigénio e armazenamento de dióxido de carbono (fotossíntese) - Melhoria na qualidade do ar - Diversidade Florística e Faunística - Abrigo para a fauna - Proteção de ecossistemas - Biodiversidade - Proteção e preservação de recursos naturais - Barreira contra os ruídos e poluição sonora - Redução da ilha de calor urbana - Fixação de poeiras e partículas - Controlo da erosão - Retenção e infiltração da água
Social	<ul style="list-style-type: none"> - Áreas de recreio, lazer e desporto ao ar livre - Realização de eventos sociais e culturais - Permite o desenvolvimento de atividades e contato social - Interação Social e Comunicação - Bem-estar humano
Económico	<ul style="list-style-type: none"> - Valorização do espaço urbano e imobiliário - Desenvolvimento de atividades económicas (feiras, mercados, exposições, etc...) - Criação de postos de trabalho - Atratividade em termos turísticos
Estético	<ul style="list-style-type: none"> - Diversificação da paisagem urbana - Presença da natureza na cidade (cor, textura, ritmo, etc...) - Organização/estrutura urbana - Atratividade - Criatividade/ Arte urbana

2.1.4. Benefícios do Parque Urbano

Os Parques Urbanos desempenham inúmeras funções proporcionando diversos benefícios para os seus utilizadores.

Além dos benefícios agregados às quatro funções do Parque apontadas anteriormente é necessário destacar outros. Estes benefícios nem sempre são a razão principal para a construção do parque, contudo, surgem agregados à construção dos mesmos devido a

outras questões como a localização e tipologia. Exemplo disso são os benefícios para a saúde e bem-estar psicológico dos seres humanos (Loboda e Angelis , 2005).

Relativamente ao contributo destes espaços verdes para a saúde, muitas pessoas desconhecem a sua importância, ignorando assim os vários benefícios para a saúde humana a eles associados. Com efeito, segundo uma pesquisa recente, o contato com estes espaços e com a natureza apresentam vários efeitos positivos na saúde humana, entre os quais o seu contributo para ajudar a aliviar o *stress* da rotina urbana, melhoram o bem-estar psicológico e contribuem para a saúde da população urbana a longo prazo (Maller et al., 2009).

Num artigo intitulado “Observar através de uma janela pode influenciar a recuperação de uma cirurgia”, Ulrich demonstra precisamente o papel fundamental que os espaços verdes têm ao nível psicológico e físico do ser humano, explicando que estes espaços podem levar a pensamentos positivos, ajudam a controlar o medo e a ansiedade em indivíduos stressados, acelerando assim os processos de recuperação (Ulrich, 1984, p. 420).

Os benefícios dos parques incidem também sobre as crianças, pois estas vêm nestes espaços verdes o local ideal para brincar, correr livremente e usufruir dos equipamentos presentes no espaço como o parque infantil. Cada vez mais, e devido à falta de tempo no quotidiano parental, à criminalidade e aos avanços tecnológicos, as crianças usufruem menos dos parques. É essencial que os pais incrementem nos seus hábitos quotidianos levar os filhos a passear e a brincar aos parques, dado que isso irá contribuir, em muito, para o seu crescimento a nível físico e intelectual. É muito frequente nos dias de hoje apreciar as crianças logo desde muito pequenas a dominarem as mais recentes tecnologias. Esta particularidade dos tempos modernos poderá trazer alguns aspetos negativos para o desenvolvimento das crianças no futuro. Esta análise resulta da interpretação feita à analogia que Walker (2004) realizou, afirmando que para um crescimento e desenvolvimento saudável as crianças precisam de dominar quatro pontos essenciais sendo eles o físico, intelectual, emocional e o social. Alguns destes domínios podem ser “adquiridos” nos parques uma vez estes permitem o relacionamento e interação das crianças umas com as outras, pode despertar diversas curiosidades contribuindo para o domínio intelectual, pode ajudar emocionalmente e contribui para o desenvolvimento da capacidade física devido à liberdade de movimentos que é permitida.

Os parques urbanos têm ao longo dos tempos sido apresentados como elementos preponderantes beneficiando a população, a sua qualidade de vida e a qualidade do ambiente urbano. Dada a importância que possuem atualmente, cada vez mais deve existir a preocupação de integrar os espaços verdes nos processos de ordenamento do território e planeamento urbano. Como referido pelos arquitetos paisagistas Francisco Caldeira Cabral e Gonçalo Ribeiro Telles, os parques têm como objetivo levar a natureza ao centro da cidade. Desta forma, o homem pode tirar partido de todas as vantagens físicas, sociais, estéticas e humanas. De uma forma geral, é visível que os parques ganharam nos dias de hoje uma notável importância, sendo impossível retirá-los do contexto urbano atual pela qualidade e oferta que proporcionam principalmente ao ser humano (Cabral e Telles, 1999).

2.1.5. Origem e evolução do Jardim Público

O jardim apresenta-se como um espaço de encontro entre o homem e a natureza, bem como um local de reflexão. Por outro lado, permite relembrar o passado e interpretar culturas, estilos e tendências outrora preferidas (Andrade, 2008; Azevedo, 2013). Estes espaços para além dos benefícios diretos que ostentam para o ser humano, foram espaços “chave” que surgiram como “pulmões verdes” das cidades no período industrial e que resolveram em paralelo com os parques urbanos grande parte dos problemas ambientais e territoriais (Sclaise, 2002; Thompson, 2006). Contudo, para realizar uma interpretação correta acerca da sua origem e evolução é necessário recuar no tempo, pois estes espaços essenciais para o bem-estar de toda a sociedade nos dias de hoje têm incrementadas as suas origens há muitos séculos atrás.

A sua origem poderá remontar ao período Neolítico (Mota, 2010). Isto, porque neste período o homem desenvolveu novos hábitos, deixando de ser nómada para se fixar no território, e passando a plantar e cultivar os seus alimentos. De certa forma, e mesmo que ainda não intitulados de jardins, estas áreas cultivadas foram certamente o primeiro contacto que o homem teve com as técnicas de jardinagem, que viriam a afirmar-se com tanta relevância no futuro.

Por sua vez, Paiva (2004) afirma que os jardins mais antigos terão surgido na Mesopotâmia uma das regiões que demonstrou, desde cedo, o interesse pelas formas vegetais. Tendo os sumérios iniciado, então, o processo de irrigação dos campos aproveitando os rios Tigre e Eufrates para fertilização das terras (Azevedo, 2013).

Os jardins Persas surgem por volta de 3500 a.C., sendo considerados talvez dos mais elaborados da época pois terão influenciado a construção dos jardins egípcios e, também, dos jardins da Babilônia. Incluía a construção de tanques e fontes de água, as suas plantações eram realizadas através de “espaçamentos”, e as culturas existentes variavam entre aromáticas, frutícolas e ornamentais (Paiva, 2004).

Contudo, o jardim marcante desta época no Médio Oriente é, sem dúvida, o Jardim Suspenso da Babilônia. Segundo Paiva (2004), estes espaços foram considerados uma das sete maravilhas do mundo antigo tendo sido construídos pelo rei Nabucodonosor II para a sua esposa.

O Egito surge como outro país que valorizou desde cedo a arte de cultivar em “jardins” construídos por volta de 2000 a.C. para satisfazer sobretudo a necessidade de produção de alimentos, mas também para o recreio e o lazer (Paiva, 2004).

Nestes espaços, já eram considerados alguns critérios, talvez os primeiros, de elaboração como a utilização de linhas retas, formas geométricas e simétricas, e sistemas hidráulicos bastante desenvolvidos, tendo sido encontrados sobretudo junto de monumentos importantes, como por exemplo, as pirâmides (Azevedo, 2013).

O jardim Romano tem presente nas suas características influências gregas, uma vez que na sua composição são visíveis peças de arte grega, como a estatuária. Estes jardins correspondem a espaços muito metódicos e organizados, e sobretudo de carácter residencial. Além da estatuária, apresentavam as paredes pintadas e revestidas por plantas como as trepadeiras. A vegetação usada eram sobretudo as coníferas, figueiras, amendoeiras, plátanos e pessegueiros. Estes espaços valorizavam a simplicidade rural e natural, mas também o valor estético do espaço, utilizando canteiros com bordaduras e lagos que transmitiam o efeito de espelho de água. Os jardineiros romanos trabalhavam os seus jardins como se tratasse de um quadro a 3 dimensões, para que a paisagem se destacasse, sendo ainda os pioneiros na utilização e domínio da técnica da topiária (Paiva, 2004).

Por sua vez, os jardins da Idade Média, restringem-se, sobretudo, ao interior dos mosteiros (Mota, 2010). Foi uma época de batalhas e conquistas onde possivelmente os jardins terão sido associados, essencialmente à produção, embora também pudessem ter sido usados como espaços de deambulação e meditação.

Com a chegada do Renascimento no século XV assistiu-se à criação de um novo estilo de jardim (Mota, 2010). É neste período que se inicia, de certo modo, uma “ligação” entre o jardim e o parque, uma vez que surgem os primeiros espaços verdes de maior dimensão sobretudo em França, por André Le Notre. Estes espaços, como referido anteriormente, eram espaços amplos que contemplavam diversas tipologias de áreas, com características bastante distintas, áreas mais “naturalizadas”, outras mais construídas e elaboradas, e que marcavam pela sua monumentalidade. Constituem um exemplo de um modelo de espaço verde, presente na época, que reúne ao mesmo tempo características de jardim e de parque pois, apesar de apresentarem as dimensões de parque, estes espaços eram também muito “trabalhados” à escala da plantação, escultura, topiária, e mantinham um carácter “privado”, características estas que estão mais associadas ao conceito de jardim. De acordo com Mota (2010), os espaços verdes construídos no Renascimento procuravam criar uma paisagem cenográfica onde existisse uma continuidade entre o jardim e a paisagem envolvente e neste sentido, refletem características de ambas as tipologias, ou seja, quer de jardim, quer de parque.

Mais tarde, na transição para o século XVIII surge o jardim Inglês que contempla uma vasta diversidade de plantas e arbustos, sobretudo exóticas, trazidas de outros países, dado que em Inglaterra existia escassez de variedade de espécies (Paiva, 2004). Ainda segundo este autor, este tipo de jardim era sobretudo marcado pela utilização de sebes e muros que organizavam e delimitavam o espaço, os caminhos eram curvos e existia um grande trabalho ao nível do extrato arbóreo e da ligação com a paisagem. Estes espaços levavam o seu utilizador à descoberta do espaço dado que os caminhos delimitados surgiam por entre a vegetação não sendo possível observar todo o jardim, mostrando apenas o que o alcance visual possibilitava.

No século XVIII surge a Revolução Industrial e como consequência dela o Modernismo, ao qual se associa um novo modelo de planeamento e organização da cidade. A Revolução Industrial e outros acontecimentos históricos possibilitaram que os jardins que até então

eram de caráter privado, se tornassem públicos (Mota, 2010). De forma a dar resposta às necessidades da população que vivia nas cidades, o planeamento urbano moderno procurou estabelecer espaços que se assemelhassem à natureza possibilitando, assim, aos habitantes citadinos uma melhor qualidade de vida e, ao mesmo tempo, do ambiente urbano.

Estes espaços verdes de caráter público materializados em parques e em jardins surgiram para dar resposta às necessidades sociais e aos problemas ambientais, pois a sua criação surge de discursos que revelam a necessidade de embelezamento, salubridade e higiene urbana (Mota, 2010).

Um dos países onde estas alterações são mais visíveis é Inglaterra, que contempla diversas cidades onde foram realizados vários parques e jardins. Cidades como Londres ou Manchester, por exemplo, onde surgiram os primeiros espaços verdes públicos concebidos como tal, particularmente Londres que no século XIX possuía um grande número de parques e jardins públicos (Azevedo, 2013).

É assim, no contexto da Revolução Industrial que surge o conceito de jardim público que se apresenta como um espaço de recreio aberto a todas as classes sociais e faixas etárias (Andresen e Marques, 2001).

Terá sido, então este o momento de afirmação do jardim considerado público e que chegou até aos dias de hoje. Estes espaços apresentam características próprias e muitas delas ainda presentes nos jardins públicos das cidades e vilas portuguesas. Grande parte dos jardins públicos que se construíram durante a 1ª metade do século XX, pertencem à autarquia e que são, ainda, em muitos casos vedados e regidos por um horário de abertura e fecho.

Contudo, o jardim e o parque diferenciaram-se por apresentarem características próprias ainda que tenham surgido com caráter público em períodos similares e procurando dar resposta a problemas idênticos.

2.1.6. Características e funções do Jardim Público

O jardim tornou-se ao longo dos tempos um espaço em constante evolução, tendo adquirido com o passar dos séculos diversas influências de estilos e tendências. Essas

influências são visíveis ainda hoje, nomeadamente nos diversos jardins históricos que apresentam os valores e características das respetivas épocas de construção e estilo então dominante.

O jardim público, que surgiu no decorrer do período moderno, tornou-se frequente nas cidades e vilas portuguesas. Este é um espaço que, de acordo com Cabral e Telles (Cabral e Telles, 2005) se destina a estar e a viver. Até aos dias de hoje têm desempenhado importantes e múltiplas funções aos níveis ambiental, social, urbanístico, etc., tornaram-se um símbolo e um marco para todas as vilas e cidades.

O jardim público surge definido no Guia de Critérios de Avaliação de Projetos de Desenho de Espaço Público, desenvolvido pela comissão de Coordenação de Lisboa e Vale do Tejo no âmbito do programa de iniciativa comunitária (p.7), como “espaços livres de dimensão e composição muito variada, geralmente abarcáveis com a vista, constituídos por áreas pedonais e áreas ajardinadas. As áreas ajardinadas são também intercaladas por áreas de recreio com equipamentos de jogos infantis, áreas de repouso com tanques e fontes, quiosques com esplanadas, miradouros vinculados a vistas panorâmicas, tanques com patos, pombais e gaiolas com pássaros, etc.”.

De acordo com Rego (1984, citado em Pereira, 2011, p. 15), o Jardim corresponde a uma área verde de dimensão razoável que possibilita atividades de recreio e lazer por parte da população e residentes nas imediações, sendo geralmente constituída por zonas arbustivas, árvores de grande porte, pequenas clareiras, relvados, pequenas áreas de estadia pavimentadas e com caminhos de ligação à sua envolvente.

Em todas as analogias descritas percebe-se que o jardim público tem como função principal a satisfação social. Ou seja, o jardim público é sobretudo destinado às necessidades da população apresentando-se como um complemento social que oferece essencialmente a tranquilidade e a calma.

Atualmente, esses espaços precisam de um olhar crítico e possivelmente de ações de recuperação e requalificação dado que a sociedade e os seus hábitos evoluíram desde os tempos da cidade histórica e da cidade industrial existindo assim a necessidade destes espaços verdes os acompanharem. (Pereira, 2011).

Em suma, além das características apontadas anteriormente pelos autores é visível em grande parte dos jardins públicos ainda presentes nas vilas e cidades portuguesas outros elementos. De entre esses elementos destacam-se os lagos, as sebes a estatuária os coretos e ainda muito visíveis os muros ou os gradeamentos que circundam estes espaços. A presença desses elementos são visíveis no Jardim Público de Évora, Jardim Botânico da Ajuda, Lisboa e Jardim da Alameda, Faro.

2.1.7. Parque Urbano e Jardim Público – Principais semelhanças e diferenças

Para além da escala, da área ocupada por cada uma destas tipologias de espaço verde público urbano, com o Parque a ocupar uma superfície bastante superior ao Jardim, as principais diferenças entre eles residem no fato de no Parque a dimensão ambiental se destacar, enquanto o Jardim a dimensão social é a mais evidente.

O Jardim distingue-se do parque por ter normalmente uma área inferior e o seu papel social se sobrepõe ao ambiental uma vez que a estrutura de um jardim público delimita o seu uso, ao contrário do Parque que apresenta um desenho mais “naturalizado” (Pereira, 2011). Esta afirmação faz sentido visto que os Jardins, sendo espaços de dimensões mais reduzidas, são essencialmente procurados pelos utilizadores para momentos de descontração e descanso associadas às áreas mobiladas e equipadas. Esta característica distingue-se do Parque Urbano que devido à sua maior escala apresenta uma maior liberdade de utilização.

Devido às suas raízes históricas e à forma como surgiu, do trabalho e manipulação da natureza, o Jardim é visto, nos dias de hoje, como um espaço verde de descanso e lazer que contempla algumas áreas de estadia e pressupõe ao utilizador respeitar os seus usos de acordo com a sua função e forma.

Os jardins tal como os Parques podem ainda apresentar várias tipologias, sendo recorrente ouvir falar de jardim público, municipal, botânico e histórico. Esta designação surge da época, do estilo, da envolvente urbana ou do motivo que levou à sua construção.

De entre elas, o jardim histórico requer um cuidado maior face às outras tipologias de jardim, pois apresenta-se como um marco histórico e cultural que retrata um dado estilo ou época, pelo que a sua preservação e/ou requalificação é fundamental (Andrade, 2008).

Os Jardins, ao contrário dos Parques, inserem-se facilmente nas áreas urbanas, nos bairros tradicionais ou contemporâneas pelo que têm precisamente como objetivo a satisfação das necessidades da população residente. Enquanto se associam os Jardins à importância social que estes representam, os Parques têm como um dos seus principais objetivos o contributo para a melhoria da qualidade ambiental e a conservação da natureza. Os Parques, devido à área extensa que ocupam são “ferramentas” fundamentais para o atual planeamento urbano uma vez que conseguem conectar o meio natural e o meio urbano, conservando e preservando os seus valores naturais e culturais. Por outro lado, outra das características visíveis nos jardins é o fato de as áreas plantadas requererem manutenção regular com um frequente trabalho de operações de jardinagem ao contrário dos parques, que apresentam um desenvolvimento mais orgânico e livre. Além dos cuidados de manutenção, o elenco vegetal é mais um exemplo das diferenças entre estes espaços dado que no jardim existe maior liberdade para a plantação de várias espécies de plantas nomeadamente exóticas. De acordo com Cabral e Telles estes espaços não exigem uma seleção rigorosa de espécies podendo ser efetuada uma escolha mais livre (Cabral e Telles 2005). Por sua vez, o parque apresenta maior risco para albergar espécies exóticas uma vez que podem induzir as autóctones à extinção, por terem uma propagação mais rápida.

De modo a ilustrar as diferenças que estão associadas aos Parques e aos Jardins foi composta uma tabela com base em caracterizações elaboradas por diversos autores que anteriormente se debruçaram sobre o tema (Cabral e Telles, 2005, p.133-136; Mota 2010, p.22-24; Pereira, 2011, p.14-21).

Tabela 2: Diferenças entre o Jardim e o Parque

Características do Jardim	Características do Parque
Menor dimensão/Superfície	Área com alguns hectares
Preocupação social	Preocupação ambiental
Regras e normas de utilização mais restritas	Menos restrito quanto à utilização
Mais pavimentado e mobilado	Percursos e pavimentos permeáveis
Vegetação exótica e ornamental	Vegetação autóctone
Requer mais manutenção	Menor manutenção
Atividades definidas e adequadas	Maior liberdade de atividade
Mais “desenhado e construído”	Sistema e materiais vivos

2.1.8. O futuro dos espaços verdes em meio urbano

Ao interpretarmos a construção dos Parques e Jardins ao longo dos séculos é possível compreender os motivos do seu aparecimento e a forma como foram evoluindo até à atualidade. Contudo, não se deve olhar para estes espaços verdes públicos urbanos como uma solução apenas para problemas ambientais ou sociais. A gestão dos espaços verdes e, sobretudo, o seu planeamento são fatores que vão mais além dessas preocupações, podendo alargar-se aos setores económico, cultural e estético, entre outros. A realização desse planeamento é essencial ao permitir uma relação equilibrada entre os referidos setores e sobretudo no que respeita à relação entre o Homem e a Natureza (Sá, 2013).

Nos dias de hoje, a sociedade encontra-se bastante familiarizada e sensibilizada para as questões ambientais e para a importância dos espaços verdes na cidade. Em relação ao planeamento destes espaços eles são cada vez mais valorizados e implementados como forma de proteção e ligação do meio natural e urbano. Atualmente, os parques e jardins, mas sobretudo os parques, são espaços muito procurados por toda a população pela quantidade de atividades e diversidade paisagística que normalmente contemplam.

Se no passado os Parques foram “antídotos” para as cidades que demonstravam sobretudo ser pouco saudáveis para viver, nos dias de hoje quando se constrói um Parque procura-se sobretudo contribuir para uma cidade ecologicamente equilibrada, resolver os

problemas sociais, mas também de reestruturação urbana e coesão territorial (Cranz e Boland, 2004). Tal como os Parques também os jardins apresentam essas ideologias apesar de apresentarem uma dimensão mais reduzida.

Quando se aborda o futuro dos espaços verdes em meio urbano tem que existir um conhecimento acerca do seu passado e evolução, pois só dessa forma é possível entender-se quais as diretrizes e tendências que estes espaços têm vindo a adotar e qual o caminho certo a percorrer. Apesar de características como a escala, entre estes espaços diferirem, estes tendem a seguir lado a lado nas questões mais relevantes como a integração no planeamento a sustentabilidade e a relação do homem com o meio natural.

A tabela 3 sintetiza a evolução dos parques urbanos, através de cinco modelos principais que surgiram ao longo do tempo. Apesar de esta tabela fazer referência à tipologia de Parque, nas suas caracterizações mais concretamente no “Reform Park” e “Recreation Facility” verifica-se uma descrição que coincide com a tipologia de Jardim. Também o seu quinto e último modelo apresenta pontos comuns entre estas duas tipologias de espaço verde: Parque urbano e Jardim Público.

Tabela 3: Evolução do Parque ao longo do Tempo – Adaptado de Cranz; Boland (2004, p.103).

Tipologia	Data de Construção	Objetivos e caracterização
Pleasure Ground	1850-1900	Surgem como forma de melhorar a saúde pública. O desenho apresenta-se como réplica da natureza com uma linguagem orgânica.
Reform park	1900-1930	Espaços criados entre os blocos de edifícios dedicados fundamentalmente a crianças mediante a criação de infraestruturas e equipamentos lúdicos.
Recreation Facility	1930-1965	Espaços dedicados a atividades desportivas, com campos de jogos, circuitos de manutenção, etc.
Open Space System	A partir de 1965	Espaços verdes que apareceram para conectar e interligar os espaços entre as cidades através de corredores verdes.
Sustainable Parks	1990	Futuro modelo de Parques, com maior preocupação com os aspetos ambientais e ecológicos, incluindo hortas sociais. Integrados no meio urbano e valorizados ecológica e socialmente.

O último modelo de parque urbano referido na tabela 3 é o Sustainable Parks ou Parques Sustentáveis que é apontado como o Parque Urbano do futuro. Este apresenta preocupações em comum com o Jardim Público sendo estas fundamentais para o meio ambiente, meio urbano e população, e deste modo, contribuir para o desenvolvimento a longo prazo tanto da sociedade, como da natureza.

A sustentabilidade é sem dúvida uma das questões mais importantes a ter em conta na conceção dos futuros espaços verdes. Apesar do Parque Urbano e do Jardim Público apresentarem preocupações semelhantes para o futuro, o Parque Urbano pela sua maior dimensão consegue abranger um conjunto maior de ideias e vantagens neste ponto.

Os Parques Urbanos Sustentáveis regem-se sobretudo por três princípios: a autossuficiência, a integração no sistema urbano e a apresentação de novos modos de expressão estética, que se revelam a chave para o sucesso deste tipo de Parques (Santos, 2006). Relativamente ao princípio da autossuficiência nos Parques sustentáveis, considerados os Parques do futuro, existe sobretudo a preocupação em usar espécies autóctones, na recuperação das linhas de água e sistemas ecológicos na cidade através da utilização de técnicas de bioengenharia com vista à valorização do Parque pela sua vertente ecológica e social. Enquanto nos anteriores Parques eram empregadas bastantes quantidades de pesticidas e fertilizantes usados para ajudar no crescimento das plantas sobretudo exóticas, nos Parques urbanos sustentáveis a preocupação maior é a de usar plantas autóctones. Este é um problema presente nos dias de hoje visto que existem bastantes aquíferos e solos contaminados devido à infiltração daqueles componentes químicos. No âmbito do princípio da autossuficiência foram desenvolvidas outras técnicas associadas à infiltração e retenção das águas mediante bacias de retenção e de infiltração, estruturas de drenagem que valorizam o Parque e contribuem para o bom funcionamento ecológico da paisagem (Santos, 2006).

Relativamente ao segundo princípio, respeitante à integração dos Parques no sistema urbano, prende-se sobretudo com o planeamento surgindo como elementos que ligam o meio natural ao meio urbano reestruturando e requalificando os espaços urbanos dispersos e fragmentados, dando lhes coerência e coesão territorial. Enquanto na cidade industrial os Parques surgiram como forma de resolver os problemas que existiam sobretudo ao nível ambiental, nos dias de hoje têm ganho importância sendo incorporados

no planeamento e desenho da cidade com o objetivo de melhorar não só a qualidade do ambiente urbano, como também da imagem e legibilidade da cidade.

O terceiro princípio, associado aos novos modo de expressão estética prende-se com questões associadas à forma do Parque, ao vocabulário formal utilizado no seu desenho que pode apresentar uma forma mais orgânica associada à natureza ou geométrica e formalista onde o desenho se encontra mais “detalhado”. Outra particularidade é relativa à integração e contextualização ecológica e cultural do Parque no local onde se insere.

Os espaços verdes urbanos Sustentáveis, quer sejam Parques ou Jardins, tendem cada vez mais a valorizar os recursos naturais existentes bem como criar condições para que sejam “duráveis” e autossuficientes. As bacias de retenção e infiltração e a utilização de vegetação autóctone, o uso de pavimentos permeáveis, entre outras medidas, podem contribuir para o bom funcionamento dos sistemas ecológicos no meio urbano.

Cranz e Boland (2004) referem que os Parques do passado trouxeram problemas para os dias de hoje porque a sua construção não foi pensada tendo em consideração as questões ambientais e ecológicas, destacando precisamente o problema da impermeabilização do solo, com a pavimentação de grandes áreas não permitindo a infiltração das águas pluviais. Ainda segundo os mesmos autores o modelo de Parque sustentável sugere desde logo uma continuidade entre parques, um sistema contínuo de parques e a sua integração no meio urbano, procurando adaptar-se ao espaço urbano e metropolitano onde é construído, dando resposta às carências socio ecológicas do local.

Como reflexão final, considera-se que o futuro dos espaços verdes públicos urbanos está ligado à sustentabilidade ecológica e à sustentabilidade socioeconómica através da sua integração no planeamento urbano e territorial. O autor Banerjee (2001) acredita que os parques urbanos continuarão a surgir e a ganhar cada vez mais importância sobretudo nas periferias urbanas e em bairros com problemas sociais onde existem bastantes crianças e idosos. Para dar continuidade ao desenvolvimento dos espaços verdes urbanos é necessário que as autarquias e as regiões metropolitanas os integrem cada vez mais no processo de planeamento urbano e ordenamento do território. O referido autor acredita que as instituições e organizações sem fins lucrativos desempenham um papel importante no desenvolvimento de Parques e Jardins pelo que deverão continuar a promover iniciativas para a construção dos mesmos em troca de alguns direitos ou ajudas similares,

bem como a necessidade dos planeadores continuarem a ser defensores da inclusão dos espaços públicos abertos nos processos de planeamento e ordenamento.

É, então, essencial planear bem para que se possa solucionar os problemas ambientais e urbanos de hoje e diminuí-los no futuro, bem como adaptar os espaços às tendências e evolução da sociedade. Nos dias de hoje já existe por parte da sociedade uma grande preocupação para as questões da sustentabilidade pelo que se pode pensar que o futuro dos espaços verdes públicos sustentáveis e de outros espaços com valores ecológicos poderá estar salvaguardado.

III. “ O Parque Dr. França”

Primeiramente é necessário referir que não foi possível obter qualquer tipo de registo histórico, cartográfico ou iconográfico do espaço. Esta informação foi solicitada aos setores competentes da autarquia não tendo sido possível a nenhum deles fornecer qualquer tipo de documento. Assim, para uma descrição e análise o mais correta e unanime possível, foi necessário recorrer ao diálogo com pessoas de idade mais avançada que descreveram algumas memórias acerca do espaço. Dessa forma, e através desse conhecimento, foi possível cruzar informações e obter um cronograma histórico e temporal do espaço.

A caracterização e análise do espaço verde público urbano objeto de intervenção permite entender não só a sua história como também a evolução do mesmo ao longo do tempo na sua relação com a envolvente urbana. A figura 7 e 8 apresentadas a baixo enquadram a localização do espaço de intervenção e a sua relação com a envolvente. Este espaço localiza-se na zona centro/sul da vila de Portel (fig.7), e encontra-se rodeado sobretudo por moradias térreas.

A análise ao Parque Dr. França irá fornecer os elementos necessários que permitam responder à questão colocada inicialmente: “será o Parque Dr. França um parque ou um jardim?” e consequentemente orientar a intervenção no sentido da requalificação urbana e paisagística de acordo com as suas características e qualidades intrínsecas.



Figura 7 - Localização do Parque Dr. França em Portel (Fonte: Google Earth - imagem modificada em Photoshop)

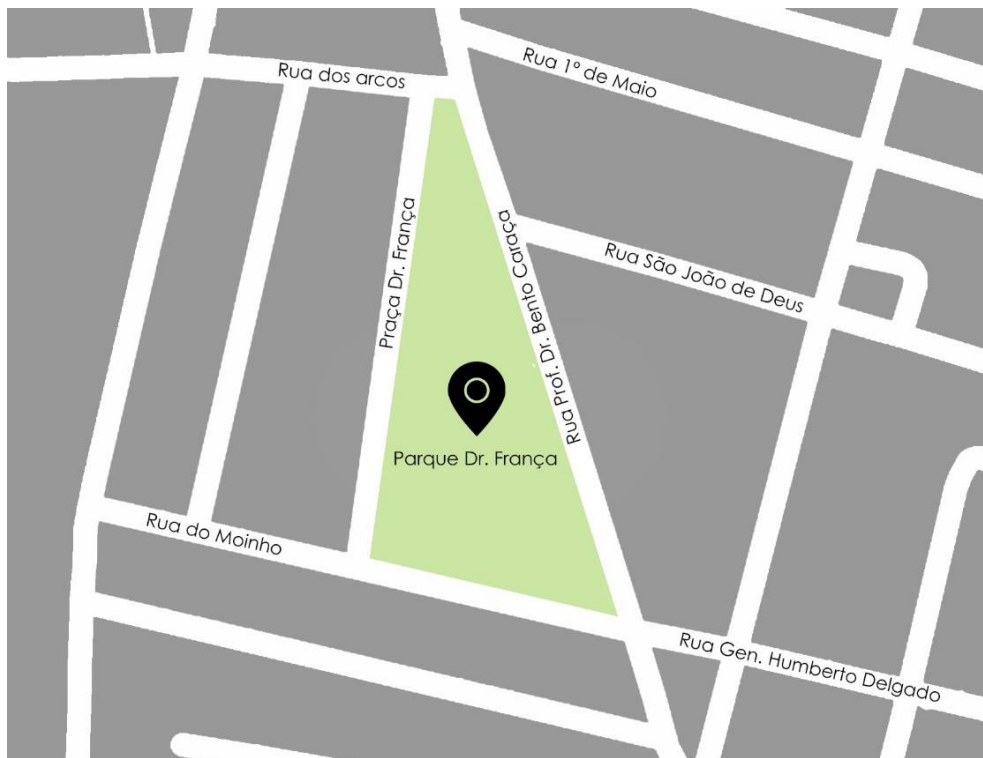


Figura 8 - Enquadramento do Parque Dr. França (Fonte: Google earth- imagem modificada em Photoshop)

3.1. Descrição do lugar

Historicamente, existiu uma tendência urbanística para que a vila de Portel se estendesse no sentido de Norte-Sul, tendo este crescimento acabado por integrar uma área arborizada que terá sido um viveiro pertencente à autarquia local. Apesar de não existir qualquer registo cartográfico ou escrito, este uso associado à produção de plantas por parte do município poderá fazer sentido uma vez que é possível observar naquele espaço uma grande diversidade de vegetação do extrato arbóreo de porte considerável. Em relação à vegetação arbórea, destaca-se uma curiosidade alusiva à presença de duas amoreiras (*Morus nigra*) no espaço, que sempre foram árvores muito procuradas pelos jovens da vila para recolher as suas folhas para alimentar o bicho-da-seda (*Bombyx mori*). Esta é uma particularidade interessante dado que não existe mais nenhum exemplar desta árvore em toda a vila de Portel.

Relativamente ao nome atribuído ao espaço, consta que surgiu como forma de homenagem a um reconhecido médico que prestou serviço na vila, embora não seja possível afirmar com toda a certeza. Também a razão e a data da sua construção é desconhecida. Contudo, existe no espaço uma fonte (figura 9) datada de 1911, levando a crer que possa ser essa a data em que a autarquia transformou aquele espaço num Jardim Público.



Figura 9 - Fonte datada de 1911 (Fonte: autor)

Quanto à sua morfologia e de acordo com a informação recolhida, a construção dos canteiros que dão forma ao espaço terão sido construídos por um jardineiro que pertencia à autarquia, não sendo possível também afirmar se este espaço verde sofreu alterações significativas ao longo do tempo uma vez que a sua construção é bastante simples e remonta às tendências mais clássicas associadas ao “estilo típico” de jardim público. Antes do espaço cair no estado de degradação atual, os canteiros exibiam algumas plantas herbáceas sobretudo de cariz exótico e ornamental. Atualmente, apenas o estrato arbóreo assume essas tendências como são exemplo as três espécies de palmeiras: *Phoenix canariensis*, *Washingtonia robusta*, *Phoenix dactylifera*. Apesar do seu estado atual, a presença de plantas exóticas, sobretudo do estrato arbóreo, demonstra uma característica em comum com vários jardins públicos. Os elementos de água e estatuária também são elementos comuns nos Jardins Públicos, elementos estes que o Parque Dr. França também ostenta, fazendo-se representar através de um pequeno lago com um repuxo no centro e uma fonte já ilustrada anteriormente (figura 9).

A delimitação do espaço foi sendo definida pela expansão urbana envolvente, pensando nós, que um outro fator que poderá ter contribuído para a transformação deste espaço em “Parque” foi o fato de a população que vivia na envolvente carecer de um espaço de recreio e lazer. Este espaço ficou então delimitado por três ruas e as casas que o circundam são sobretudo moradias térreas. Tal como verificado anteriormente, muitos jardins que surgiram durante o período da revolução industrial surgiram entre a malha urbana interligando áreas e surgindo para dar resposta à falta de áreas de recreio e lazer tal como o Parque Dr. França em Portel. Outrora, para além do uso habitacional existiam em torno do espaço vários serviços, como por exemplo um lagar de azeite de dimensão considerável, utilizado até há pouco tempo, mas também alguns estabelecimentos de comércio e escritórios. Atualmente, apenas existe um pequeno café na rua principal adjacente ao espaço.

O “Parque Dr. França” que era até há relativamente pouco tempo muito frequentado pela população que o utilizava para a realização de jogos e diversas atividades de recreio e lazer, tem vindo a perder esse carácter sendo atualmente pouco procurado para a realização dessas atividades. Grande parte deste problema atribui-se à falta de manutenção, equipamentos, segurança e atratividade.

De modo a contrariar esta situação é necessário realizar uma proposta de recuperação do espaço, procurando evitar que este continue a perder a sua função recreativa, devolvendo-o à população. Será necessário encarar a futura proposta considerando as várias componentes do espaço: social, económica, estética e ambiental, e compreender quais as alterações essenciais a realizar de modo a torná-lo atrativo e apelativo para as várias faixas etárias, de modo a funcionar como um autêntico espaço verde público de recreio e lazer. Esta proposta deverá sobretudo solucionar os problemas formais e funcionais que o espaço apresenta tendo subjacente um inovador desenho de projeto que se adapte às restantes componentes, transformando assim a sua morfologia atual num espaço qualificado aos níveis urbanístico e paisagístico. Por fim, quanto à sua topografia o espaço não apresenta desníveis consideráveis sendo praticamente plano, como é possível observar na figura abaixo (figura 10) que ilustra o levantamento topográfico cedido pela autarquia.



Figura 10 - Levantamento topográfico cedido pela C. M. Portel representativo do espaço atual

3.2. “Parque Dr. França” – Parque Urbano ou Jardim Público?

Esta interrogação constitui o elemento chave para o desenvolvimento da proposta de intervenção no sentido da recuperação urbana e paisagística do “Parque Dr. França”. Esta

é uma questão pertinente uma vez que, em função das suas características de jardim ou de parque, assim será orientada a intervenção. Deste modo, é necessário compreender qual a verdadeira identidade deste espaço para desenvolver uma proposta coerente de acordo com a sua tipologia e respetivo caráter.

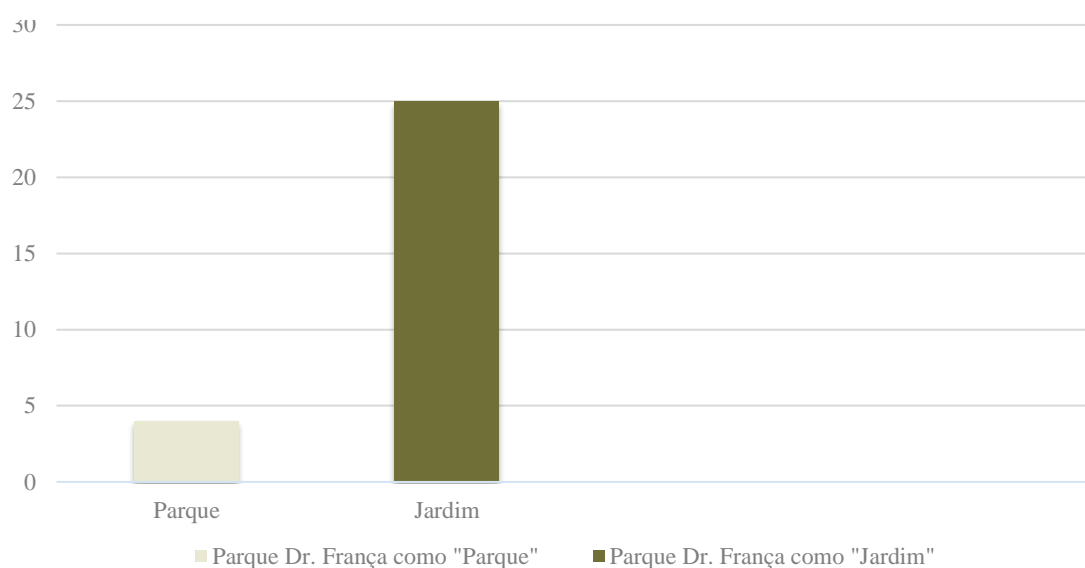
A comparação das duas tipologias de espaço, anteriormente abordadas, Parque e Jardim, permitiram adquirir conhecimento acerca das diferenças e semelhanças que estas duas tipologias de espaço apresentam. A informação obtida culminou na elaboração de uma tabela síntese onde as suas características são cruzadas e comparadas às características gerais do atual espaço. A elaboração desta tabela tem por objetivo compreender com qual das tipologias se identifica o “Parque Dr. França”, sendo que as características identificadas na mesma foram definidas como características base a partir do estudo de vários autores que anteriormente definiram os Parques Urbanos e Jardins Públicos.

Para a construção da tabela síntese (tabela 4), foi elaborada uma escala de zero (0) a três (3), onde 0 corresponde a “nenhuma adequação à tipologia” e 3 a uma “total adequação à tipologia”. Consoante a escala atribuída em cada categoria é possível, através do somatório dos “valores” atribuídos às várias características, verificar em qual das tipologias se insere o “Parque Dr. França”.

Tabela 4: Tabela síntese de caracterização e comparação do Parque Dr. França face as características de Parque e Jardim

Escala de avaliação: 0 – Nenhum; 1 – Pouco; 2 - Razoável; 3 - Totalmente		
Características de Parque	“Parque Dr. França”	Características de Jardim
Vegetação autóctone	0 3	Vegetação exótica e ornamental
Preocupação ambiental	1 3	Preocupação Social
Menos restrito ao uso	0 3	Regras e normas mais restritas
Pavimentos naturais	2 0	Mais pavimentado
Maior liberdade de utilização	1 2	Atividades definidas e adequadas
Menor manutenção	0 3	Requer mais manutenção
Área > 10 hectares	0 3	Menor dimensão
Percurso definido	0 3	Percurso livres
Menos Mobiliário urbano/Equipamentos	0 3	Mais Mobiliário Urbano/Equipamentos
Vocabulário formal mais orgânico	0 2	Vocabulário formal mais geométrico

Gráfico 1: Gráfico com o resultado da analogia Parque versus Jardim



Através da análise da tabela e do gráfico representado acima (tabela 4 e gráfico 1, respetivamente) resultantes do somatório dos valores apresentados é possível afirmar que o espaço até então apelidado como “parque”, deve, através da análise das tipologias, ser considerado um “jardim”. É possível observar que a maioria das características correspondem à tipologia de “jardim”, colocando-se a questão acerca do motivo deste espaço ser apelidado de parque. Apesar de não existir um esclarecimento “oficial”, é possível afirmar que uma das razões para este espaço ser considerado um parque, poderá corresponder à sua fase inicial de viveiro onde poderia ter uma extensão muito maior face à dimensão urbana e mais vegetação espontânea, conferindo-lhe, assim, um “aspecto mais natural” associando-o ao parque. Uma outra possibilidade poderá passar pelo fato de o termo “Parque” ter um cariz de maior importância e ter-se procurado, ao nível político, fazer jus à influência e importância do Dr. França na localidade. Assim, muito possivelmente o uso do termo “parque” ficou incorporado na população transitando de geração em geração sempre que se referem àquele espaço.

O Parque Dr. França em Portel deveria, então, ser denominado “Jardim Dr. França”. Sabe-se que por parte da população local este será um hábito difícil de assimilar uma vez que é apelidado de “parque” há vários anos, mas para nós, o desenvolvimento da proposta deve contemplar a sua morfologia e “identidade” como base para as opções e soluções de projeto. Neste sentido, esta interpretação e caracterização valoriza-se pelo fato de se partir

para a realização da proposta com um “conhecimento” da verdadeira tipologia do espaço, tratando-se, face ao exposto, de um Jardim Público.

3.3. Análise integrada do espaço

A análise que se segue tem como objetivo a descrição e avaliação do espaço relativamente à sua morfologia, estrutura e elementos que o compõem. Através desta análise será possível confirmar que os elementos e estrutura do espaço correspondem aos elementos e estruturas associadas ao Jardim Público, já identificados na componente de investigação. Esta análise será útil para selecionar os elementos fundamentais do espaço, os seus valores e potencialidades bem como os principais problemas a identificar e resolver. Deste modo, a proposta de intervenção para o “Jardim Dr. França” será melhor fundamentada.

3.4 Valores e potencialidades do espaço

Possivelmente o valor atual mais evidente do espaço será a sua localização. Este localiza-se num dos principais eixos de ligação e circulação da vila de Portel, ocupando uma área atualmente central no tecido urbano. A par da sua localização, a diversidade e densidade de vegetação existente é outro valor presente. Essa diversidade de vegetação, sobretudo do extrato arbóreo, como demonstra a figura 11, transforma-o num verdadeiro “oásis” de frescura para a população e refúgio para a avifauna, promovendo um sistema sensorial associado a cheiros, cores, sombra e texturas acrescentando outras ambiências urbanas e potenciando a biodiversidade.

O pavimento permeável é outra vantagem do espaço dado que permite a infiltração das águas pluviais e confere ao espaço um aspeto mais naturalizado, o que em conjunto com a vegetação lhe confere valor ecológico e ambiental.

A presença da água, embora em estruturas que atualmente não fazem muito sentido, como é o caso do “pequeno lago”, também atribui valor ambiental e estético ao espaço. Por fim, outro dos elementos mais importantes deste espaço é a sua dimensão. Esta área dá liberdade para a realização de várias atividades lúdicas e a instalação de algumas estruturas de apoio ao recreio e lazer.



Figura 11 - Alguns dos exemplares arbóreos presentes no espaço. Da esquerda para a direita: *Melia azedarach*; *Populus alba*; *Platanus sp.*; *Phoenix canariensis*; *Phoenix dactylifera*; *Morus alba* (Fonte: autor - imagem modificada em Photoshop)

3.5. Debilidades e dissonâncias do espaço

Ao nível das debilidades que o espaço apresenta destaca-se a vegetação arbustiva e herbácea, principalmente devido à falta de manutenção, apresentando-se muito degradada e sem transmitir qualquer tipo de atratividade. Prova disso é a sebe que circunda toda a área do jardim (figura 12) com cerca de 1,5 metros de altura que demonstra vários sinais de degradação, existindo áreas da ramificação praticamente secas. Além de se apresentar débil em alguns pontos, esta requer trabalhos regulares de manutenção. Outro aspeto negativo proporcionado pela sebe é o fato de, em conjunto com a densidade arbórea maioritariamente perene, tornar este espaço um espaço fechado e sombrio dificultando a visualização do exterior para o interior e vice-versa, segregando-o e separando-o da malha urbana envolvente pelo que, no geral, existe a necessidade de rever este aspeto. Este elemento que circunda o espaço remonta para a ideia dos primeiros Jardins Públicos

construídos. Estes espaços, muitos deles ainda presentes nas vilas e cidades portuguesas ostentam muros, gradeamentos e sebes que os delimitam e que dessa forma condicionam o seu livre acesso sendo também grande parte deles regidos por horários de abertura e fecho, tal como os primeiros jardins públicos.



Figura 12 - Sebe com sinais evidentes de degradação (Fonte: autor)

Outro aspeto negativo do espaço é o seu pavimento. Apesar de ser permeável, permitindo a absorção das águas pluviais, e contribuir para o valor ecológico e ambiental do espaço em dias chuvosos a acumulação de água, resultado de uma drenagem deficiente, obriga a que as pessoas não circulem pelo espaço, mas sim pela via adjacente expondo-se mais facilmente e sem condições de segurança ao contato com os veículos. O pavimento em saibro, em dias mais chuvosos não tem capacidade para drenar toda a água da chuva que acaba por se espalhar pela rua adjacente. Este problema deve-se também à falta de um elemento de contenção do pavimento. Desta forma, o pavimento apresenta algumas debilidades que deverão também ser revistas na proposta de intervenção.

Outro aspeto menos positivo que este espaço apresenta é a degradação de alguns elementos de mobiliário urbano e a falta de equipamentos para a realização de atividades

recreativas. Existe um parque infantil bastante reduzido e que carece de estruturas e equipamentos confortáveis e seguros que proporcionem atratividade às crianças. A existência de uma “casa de apoio” no centro do parque, que inicialmente terá sido contruída com a função de coreto, era também um local que servia de arrecadação a alguns jogos como o dominó, malha ou jogo de cartas muito requeridos sobretudo, pela população mais idosa. Atualmente, isso não se verifica uma vez que já não existe a presença de um funcionário municipal que faculte à população o acesso a esses mesmos jogos. O pequeno “lago” existente (figura 13) é um elemento que apresenta algum risco para as crianças uma vez que se localiza próximo do parque infantil e apresenta uma profundidade de cerca de 1,50 m sem qualquer tipo de proteção.

Estes aspetos negativos serão levados em consideração na futura proposta de projeto, procurando assim ultrapassá-los através de escolhas adequadas quanto a pavimentos e a mobiliário e equipamento urbano de maior qualidade, consentâneos com as necessidades e aspirações da população



Figura 13 - Pequeno "lago" sem proteção (Fonte: autor)

3.6. Elementos Construídos

Os elementos construídos existentes no espaço não ostentam, de todo, um valor histórico ou patrimonial marcado. Destacam-se um pequeno edifício na zona central utilizado pelo jardineiro como arrumos, um pequeno “lago”, junto ao parque infantil, casas-de-banho públicas e uma pequena fonte que não se encontra em funcionamento. De entre eles, destaca-se o edifício em forma hexagonal que se assemelha à estrutura de um coreto não apresentando por completo a morfologia normal deste tipo de estruturas, sendo possível que a sua construção tenha permanecido inacabada. Este tipo de construções são elementos muito frequentes em grande parte dos Jardins Públicos existentes.

Outro elemento com grande presença no espaço é o pequeno “lago”, certamente um dos elementos mais antigos do jardim e que embora confira alguma dinâmica ao espaço, levanta no entanto, alguns problemas que podem levar ao questionamento da sua manutenção no espaço associada ao seu estado de degradação, segurança, manutenção e também ao fato de dificultar a disposição das pessoas e obstruir a visão durante a realização de espetáculos como é possível constatar na figura seguinte (figura 14).



Figura 14 - Localização do elemento de água "pequeno lago" e o conflito com o público (Fonte: autor)

3.7. Acessibilidade, mobilidade e iluminação pública

O espaço apresenta algumas condicionantes ao desenvolvimento da proposta de intervenção. Uma das principais condicionantes é a realização de um evento anual que se realiza no espaço, e que para tal, requer a existência de uma área ampla e que se apresente praticamente livre sem barreiras arquitetônicas para que possam ser montadas as estruturas de apoio como o palco e outras estruturas amovíveis. Esta área ainda é de dimensão considerável e é necessário que não existam elementos construídos que possam obstruir a visão e realização do espetáculo. Este é também um dos pontos solicitados no programa de projeto pela autarquia local.

A vegetação arbórea é variada e apresenta-se com um porte bastante considerável. Contudo, esta encontra-se plantada um pouco ao acaso, condicionando assim a materialização de algumas possíveis ideias e opções de projeto. Outro contraponto apresentado pela vegetação arbórea é o fato de existir em abundância, sendo praticamente impossível propor a plantação de novas espécies. Em relação à sua folhagem, esta é maioritariamente perene o que dificulta a entrada de sol e luz durante o outono e inverno. Deste modo, a vegetação apresenta-se como uma condicionante sendo necessário mais tarde rever a necessidade de eliminar alguns exemplares em prol do desenvolvimento de uma proposta equilibrada entre forma e função do espaço. De acordo com Cabral e Telles (2005, p. 135) “vale mais uma boa árvore, bem desenvolvida, do que muitas sem ar, nem luz, nem água, a atrofiarem-se umas às outras”.

IV. Formalização da proposta

A realização da proposta de intervenção foi fundamentada pelos conteúdos abordados ao longo deste trabalho e que permitiram identificar a verdadeira toponímia do agora então designado Jardim Dr. França. Este era um elemento chave e que necessitava de um esclarecimento fundamentado para dar início ao desenvolvimento de uma proposta adequada a essa toponímia.

A descrição do espaço, a análise dos elementos que compõem, os seus valores e dissonâncias foram cruciais para redesenhar aquele jardim procurando colmatar os seus aspetos negativos e potenciar os seus valores.

A descrição e justificação de todas as soluções propostas surge nos pontos seguintes devidamente fundamentadas

4.1. Proposta de intervenção

A proposta foi elaborada contemplando os diversos avanços e recuos normais na realização de projetos de Arquitetura Paisagista. Esta proposta iniciou-se com a realização de uma análise e caracterização do espaço que permitiu identificar os problemas e as potencialidades que o espaço apresenta, seguindo-se a definição da estratégia, programa e conceito de intervenção. Com a definição destes elementos partiu-se para o redesenho do espaço que os considera e os materializa.

No capítulo da análise destacam-se alguns pontos principais que foram tidos em conta ou considerados fundamentais para serem revistos. Elementos como a sebe, o pequeno lago e a falta de iluminação são elementos que causam alguma insegurança no espaço. Deste modo estes foram aspetos a considerar procurando inverter esse padrão. Este tipo de elementos são característicos do jardim público como verificado anteriormente, no entanto existe a necessidade de os rever e adequar à realidade em que se inserem atualmente. Neste caso, são elementos que promovem algum desconforto tendo sido necessária a sua extinção e revisão, como é o caso da iluminação.

A vegetação, que também se apresentava de forma excessiva no extrato arbóreo levando a que algumas espécies não se conseguissem desenvolver e apresentar o seu melhor

esplendor. Desta forma foi necessário abater ou transplantar alguns exemplares contribuindo assim para uma melhor organização espacial. Por outro lado, a vegetação herbácea e arbustiva é escassa não existindo um espaço bem ornamentado e colorido sendo necessária a sua introdução no espaço.

Relativamente ao programa de projeto há que salientar que este foi concebido tendo em consideração as exigências que a Câmara Municipal de Portel tem para o espaço, sendo posteriormente acrescentados mais alguns aspetos programáticos que foram considerados importantes. O programa definido contempla ideias inovadoras que se adaptam ao espaço e às carências da população.

Por fim, a fase de projeto desenvolvida foi de estudo prévio, elaborada tendo em consideração as tendências contemporâneas no âmbito dos projetos de Arquitetura Paisagista. Procurou-se a adaptação do vocabulário formal aos tempos contemporâneos, e procurando conceber um espaço socialmente inclusivo e equitativo, onde todas as faixas etárias se pudessem sentir integradas e satisfeitas. A história do lugar foi também um ponto a considerar na proposta de projeto, procurando deixar algumas marcas importantes ainda que pontuais do passado na criação de um espaço para o futuro.

4.2. Metodologia e abordagem ao projeto - Estratégia, programa e conceito

A metodologia de projeto iniciou-se com a realização de uma análise e caracterização já descritas anteriormente. Após a realização e compreensão do espaço de intervenção e da sua relação com a envolvente, foi estabelecida uma estratégia de intervenção que procura o cumprimento de uma proposta equilibrada e harmoniosa aos níveis urbanístico, social e ambiental. A estratégia foi definida considerando os seguintes aspetos e objetivos:

- Articular e conectar o espaço de intervenção com a malha urbana em que se insere;
- Preservar os valores ecológicos e culturais pré-existentes;
- Converter o espaço degradado e esquecido num espaço atrativo e apelativo;
- Privilegiar e valorizar a circulação pedonal;
- Melhorar as condições de segurança do espaço tornando-o mais seguro e iluminado;
- Reestruturar e redefinir sistema de vegetação enquanto estrutura fundamental do jardim.

Foi definido o programa de projeto, considerando os elementos já definidos previamente pela Câmara Municipal de Portel:

- Parque infantil;
- Área ampla destinada à realização de eventos;
- Edifício de apoio à manutenção do espaço.

Aos pontos sugeridos pela autarquia local foram acrescentados:

- Edifício com serviço de bar e de apoio à entrega e recolha de jogos: dominó, cartas, malha e petanca;
- Ponto com *wi-fi* de acesso gratuito;
- Ponto de aluguer de bicicletas criando uma segunda estação na vila de Portel;
- Diversificação das áreas de recreio e lazer destinadas ao convívio social.

Por fim, foi definido o conceito de intervenção que incorpora a ideia-chave “open to the neighborhood”. Pretende-se que o futuro jardim se abra ao bairro e à vila considerando-o um elemento nuclear na estrutura urbana e na vida da população residente. Este conceito surge com base em três pontos-chave: as pessoas, o movimento e a biodiversidade. A razão para considerar as pessoas como um ponto-chave deve-se ao fato daquele espaço ser redesenhado precisamente para o contexto social como espaço privilegiado de interação e coesão social de modo a que as várias faixas etárias possam desenvolver diversas atividades. O movimento materializa-se no conceito de modo a superar os conflitos peão/automóvel existente, criando novas condições para oferecer um espaço que dê primazia à circulação pedonal e ao livre movimento. Por fim, a biodiversidade, integra o conceito no sentido em que abre e mostra ao bairro um leque vasto de plantas dos vários extratos, transformando aquele espaço num ecossistema para a diversidade florística e faunística trazendo à memória os seus tempos de viveiro municipal.

4.3. Descrição das áreas propostas

A proposta de projeto procura superar as principais problemáticas do espaço e tirar partido dos seus valores e potencialidades. Com base num equilíbrio constante entre a “forma e

a função” do espaço, tendo como principal preocupação a criação do Jardim enquanto sistema socioecológico.

O Plano geral desenvolvido à escala 1/200 e visível na figura 15, apresenta as soluções de organização espacial considerando as principais articulações e conexões entre as distintas áreas de recreio, e a continuidade ecológica assente na estrutura da vegetação. O plano geral surge representado com pormenor e na escala 1/200 na carta 01.



Figura 15 - Plano geral proposto - sem escala (Fonte: autor - imagem modificada em Photoshop)

As seguintes peças desenhadas ilustram e descrevem sucintamente cada uma das áreas propostas. Estas podem ser vistas com pormenor na carta 03 e 04.



Figura 16 - Praça Este (E). Elementos presentes: espelho de água e edifício de apoio ao espaço. Área adjacente à Rua Prof. Dr. Bento Carraça (Fonte: autor - imagem modificada em Photoshop)



Figura 17 - Zona Sul do espaço. Área livre de circulação e utilização, apta para a realização de eventos e jogos (Fonte: autor - imagem modificada em Photoshop)



Figura 18 - Zona Norte do parque. Praça de entrada equipada com nebulizadores (Fonte: autor - imagem modificada em Photoshop)



Figura 19 - Vista para o edifício central de apoio ao espaço (Fonte: autor - imagem modificada em Photoshop)



Figura 20- Zona poente do parque, adjacente à Rua Parque Dr. França (Fonte: autor - imagem modificada em Photoshop)



Figura 21 - Zona Norte do espaço. Novos espaços de circulação adjacentes à via de circulação automóvel, solucionando os conflitos entre peão/automóvel (Fonte: autor - imagem modificada em Photoshop)



Figura 22- Zona centro/norte. Localização do parque infantil (Fonte: autor - imagem modificada em Photoshop)



Figura 23 - Zona central do espaço (Fonte: autor - imagem modificada em Photoshop)



Figura 24 - Zona centro. Vista para os relvados e parque infantil (Fonte: autor - imagem modificada em Photoshop)



Figura 25 - Zona centro. Vista para os relvados, espelho de água e parque infantil (Fonte: autor - imagem modificada em Photoshop)

O plano de imagem do projeto integra, para além do Plano Geral e das perspetivas, os cortes que ajudam a ler determinadas opções e soluções associadas aos distintos pavimentos e à relação entre os vários volumes, nomeadamente edifício e vegetação. Os cortes foram realizados à escala 1/100 e aparecem apresentados ao pormenor na carta de cortes 02.

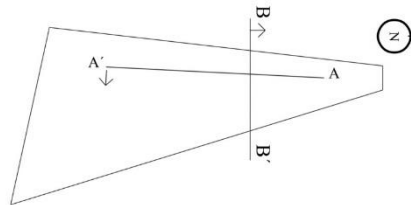


Figura 26 - Localização dos cortes (Fonte: autor - imagem modificada em Photoshop)



Figura 27 - Corte (A-A') sem escala (Fonte: autor - imagem modificada em Photoshop)



Figura 28- Corte (B-B') sem escala (Fonte: autor - imagem modificada em Photoshop)

4.4. Soluções de Projeto: os materiais vivos e os materiais inertes

No que respeita às soluções adotadas para a resolução das problemáticas apontadas à vegetação, procedeu-se à eliminação da sebe que circunda o espaço, para uma melhor relação e ligação entre o jardim e o espaço envolvente. Além de reduzir a necessidade de manutenção a que a sebe obrigava, confere uma nova dinâmica ao espaço tornando-o muito mais integrado na envolvente urbana. Em relação ao extrato arbóreo foi necessário, por forma a realizar uma proposta equilibrada e objetiva, eliminar algumas das árvores existentes. Não foi proposta a plantação de mais exemplares, dado que este extrato existe em abundância e de grande parte das espécies serem de caráter perene. Assim, procedeu-se ao seu abate promovendo a entrada de luz e sol no espaço. Esta opção tomou-se em prol do desenvolvimento de uma proposta que procura o equilíbrio entre a forma e a função do espaço. Tal como Cabral e Telles (2005, p. 135) referem, “no jardim e em matéria de árvores temos de ser comedidos”.

Ainda no que diz respeito à vegetação, foi proposta a introdução de novas espécies do extrato arbustivo e herbáceo (designadas na tabela 5) para conferir ao jardim um aspeto mais ornamental, exótico e diversificado. De acordo com Cabral e Telles (2005, p. 135) “o jardim destina-se a estar e viver não existindo limite à escolha de espécies”. Procurou-se, deste modo, trabalhar também uma das componentes associadas ao conceito de intervenção e à história do lugar remontando assim aos tempos de viveiro. Desta forma, foram escolhidas várias espécies de plantas expostas na tabela seguinte (tabela 5) e apresentadas na carta 7, plano de plantação.

Tabela 5: Tabela de plantas selecionadas

Designação da Planta / Nome Científico	Nome Comum
Herbáceas	
<i>Agapanthus africanos Blue</i>	Agapanto
<i>Iris germanica Blue</i>	Lírios
<i>Tulbaghia violacea</i>	Alho Social
<i>Strelitzia reginae</i>	Ave-do-paraíso
<i>Gazania rigens</i>	Gazânia
<i>Arctotis hybrida</i>	Margarida Africana
Gramíneas	
<i>Pennisetum setaceum</i>	Capim do Texas
<i>Stipa tenuissima</i>	Esparto

Aromáticas	
<i>Lavandula officinalis</i>	Alfazema
<i>Rosmarinus prostratus</i>	Alecrim
Arbustivas/Subarbustivas	
<i>Callistemon laevis</i>	Limpa garrafas
<i>Berberis thunbergii</i>	Uva espim do japão
<i>Pittosporum tobira nana</i>	Pitosporum da China
Exóticas	
<i>Cycas revoluta</i>	Cica/ Palmeira sagu
Plantas aquáticas	
<i>Cyperus alternifolius</i>	Sombrinha chinesa
<i>Typha domingensis</i>	Tabua
<i>Nymphaea alba</i>	Nenúfar/ Lírio de água
<i>Juncos effusus</i>	Juncos

Em relação a outras problemáticas apontadas propõe-se a substituição de áreas de pavimento em saibro por áreas com vegetação, nomeadamente relva, para facilitar a retenção e infiltração da água. A escolha das espécies que compõem a mistura de relva passam sobretudo por espécies mais resistentes de folha larga que conseguem suportar melhor a seca. Esta mistura é fornecida em sacos de 5kg e cobre uma área total de 150 m² sendo necessário adquirir um total de 20 kg para poder cobrir as áreas de relvado propostas. A mistura é composta por 30% de *Festuca arundinacea fesnova*, 30% *Festuca arundinacea golden gate*, 25% *Festuca arundinacea bizem*, 10% *Lolium perene* e 5% *Poa pretensis prafit*. A proposta de relva justifica-se também pelo facto de não existir nenhuma área com estas características no espaço, e pelo que é muito apreciada sobretudo pelas crianças para poderem jogar e brincar. Além desta medida, foi também proposta a introdução de elementos de contenção ao saibro existente para evitar a sua drenagem. A introdução de novos pavimentos foi essencial qualificando aquele espaço, melhorando as condições de circulação, reduzindo assim os riscos inerentes ao fato de a população se deslocar na faixa de rodagem adjacente ao jardim, eliminando assim o conflito entre peão/automóvel. Os pavimentos definidos para cada área estão identificados na carta 6 Planta de pavimentos e também expressos na tabela 6.

Tabela 6: Tabela de pavimentos propostos

Localização	Tipo de Pavimento
A	Calçada grada de cubos de granito 10x10x10 cm
B	Lajes de Granito cinza e escuro 20x40x0,5 cm
C	Lajes de Calcário claro 30x40x10 cm
D	Betão in-situ com aditivo corante
E	Pavimento Sintético amortecedor – Placas coloridas em tons de cinzento e amarelo – (500x500x20 mm)
F	Saibro estabilizado existente (Reaproveitamento)
H	Areia

O mobiliário urbano proposto como bancos, papeleiras, iluminação e outros elementos surgem nos locais que se pensa mais adequados e nas melhores condições adaptando-se às necessidades atuais. O parque infantil foi uma das áreas que sofreu as maiores alterações tendo sido alterada a sua localização e a sua morfologia. Procurou-se criar um espaço diferente dos espaços existentes na restante vila de Portel, através da introdução de apontamentos de cor nos pavimentos, elevações de terreno e modelos de equipamentos que permitem uma maior criatividade e imaginação por parte das crianças nas suas brincadeiras. Foram criadas áreas com areia e com pavimento amortecedor pensando na criação de um espaço mais seguro.

Em relação aos edifícios de apoio propõe-se a criação de uma estrutura central que funcione como café, esplanada, bar ou qualquer outro tipo de serviço e que possa auxiliar o espaço no que respeita às atividades de lazer. Quanto ao edifício destinado à manutenção do jardim, propõe-se a criação de uma pequena casa adjacente às casas de banho públicas existentes.

A iluminação foi distribuída para que os focos de luz presentes cobrissem de forma correta e adequada todo o espaço, tornando-o iluminado e seguro. Como já referido também a extinção da sebe bem como de algumas árvores em excesso levam a que o espaço se torne menos sombrio.

O elemento de água, pequeno “lago”, foi retirado na proposta de intervenção. Isto porque para se apresentar como um elemento de qualidade necessita de ser regularmente limpo, devido à criação de lismos e à quantidade de folhas de árvores que acumula. Além deste

aspecto, o fato de não existir qualquer proteção e este apresentar cerca de 1,5 metros de profundidade provoca uma sensação de insegurança para as crianças tornando-se um elemento muito perigoso no espaço. Deste modo e dado que esta não se apresenta como um marco fundamental na história daquele jardim foi então proposta a sua extinção.

Por fim, relativamente aos elementos de água propostos, estes dois pequenos espelhos de água, para além da função estética e dinâmica que trazem ao espaço, mantêm a presença de água no espaço que anteriormente era representada pela fonte e o pequeno lago. O espelho de água em forma retangular apresenta um volume de água de perto dos 10 m³ enquanto o segundo elemento apresenta um volume de 12 m³. A soma destes dois elementos de água contabiliza menos volume de água do que o pequeno lago que contabiliza aproximadamente 62 m³. Deste modo reduziu-se drasticamente o valor de água gasta e de horas dedicadas à manutenção do lago. Estes elementos contribuem ainda para a biodiversidade do espaço tendo sido também construídos para albergar plantas aquáticas.

4.5. Gestão e manutenção

A conceção do Jardim termina com a obra e a sua posterior manutenção e gestão de modo a garantir o conforto e segurança do espaço ao longo do tempo. A proposta procura criar um espaço com condições favoráveis à realização de boas práticas por parte dos utilizadores que terão um papel fundamental na sua gestão, já que uma incorreta utilização do espaço e falta de manutenção lhe retira o valor e atratividade promovendo o seu abandono e levando a conseqüentes atos de vandalismo.

Ainda como complemento à gestão e manutenção do jardim foi elaborada e encontra-se em anexo uma tabela que estabelece o tipo de trabalho a realizar e a frequência com que devem ser realizados os trabalhos e ações de manutenção. A tabela 8 foi elaborada tendo em consideração os seguintes autores: Grau, 1979; Vivancos, 1989; Santos, 1991; Azevedo; Gonçalves, 2009.

Conclusão

O desenvolvimento deste trabalho contribuiu de forma marcante para a minha formação académica e “profissional” considerando o processo desenvolvido que integrou e articulou a componente teórica e a componente prática como é apanágio da Arquitetura Paisagista. Foi um processo longo mas enriquecedor e que permitiu retirar conclusões notórias e satisfatórias em cada fase quer da componente prática quer da componente teórica, que se complementaram, não sendo possível a realização de uma sem a outra.

As dificuldades encontradas na realização do trabalho passaram essencialmente pela falta de registos históricos, fotografias ou outros elementos que pudessem elucidar com clareza a história do “Parque” Dr. França em Portel. Outro aspeto menos positivo foi o longo tempo de espera para obter os elementos cartográficos cedidos pela autarquia, dificultando assim o desenvolvimento do trabalho em tempo útil.

A componente teórica foi enriquecedora, tendo sido possível adquirir conhecimentos e concluir que:

- Foi possível aprofundar o conhecimento acerca da história e evolução dos conceitos de Parque Urbano e Jardim Público;
- Perceber que existem diferenças notórias entre os Parques e os Jardins tais como as dimensões, o tipo de vegetação, os equipamentos, a sua integração e propósito no meio onde se inserem, as atividades lúdicas que se desenvolvem em cada um deles e as regras de utilização;
- Compreender a evolução e importância dos espaços verdes públicos no âmbito do planeamento urbano ao longo dos tempos, principalmente desde a revolução industrial até à atualidade;
- Os benefícios que os espaços verdes apresentam, ao nível social, económico, ambiental e estético;
- Compreensão da importância da presença da natureza na cidade e da integração de corredores verdes no planeamento urbano do futuro, e dos benefícios a eles associados;

Por fim, a investigação teórica foi determinante para esclarecer a pergunta inicial “Será o Parque Dr. França um Parque ou um Jardim?” chegando-se à conclusão que este espaço

apresenta maioritariamente as características de Jardim, fato que serviu de base ao desenvolvimento da proposta de requalificação.

Relativamente à investigação aplicada que correspondeu à realização da proposta de requalificação, compreende-se e conclui-se que:

- Existe sempre a necessidade de compreender o propósito da proposta de intervenção, bem como da tipologia de espaço em que incide e do seu contexto;
- O trabalho de campo é fundamental, permitindo a identificação das problemáticas e potencialidades do espaço bem como do conhecimento acerca das estruturas e dos elementos que o compõem, nomeadamente a vegetação, mobiliário urbano e elementos construídos, etc...;
- Existe por vezes necessidade de eliminar alguns elementos construídos e/ou vegetação em prol do desenvolvimento de um espaço que proporcione um equilíbrio entre a forma e a função;
- A percepção de que a teoria e a prática em projetos de Arquitetura Paisagista evoluem havendo a necessidade de desenvolver propostas de requalificação de acordo com a contemporaneidade para evitar o abandono progressivo dos espaços;
- A importância de desenvolver espaços verdes multifuncionais e sustentáveis que permitam o desenvolvimento a longo prazo tanto da natureza, como da sociedade.

O desenvolvimento da proposta de requalificação urbana e paisagista do “Jardim Dr. França” ao nível do estudo prévio incorpora as questões enunciadas procurando contribuir para a melhoria da qualidade de vida e do ambiente urbano da vila de Portel.

Referências bibliográficas

- Andrade, I. E.-J. (2008). Construção e desconstrução do Conceito de Jardim Histórico. *RISCO*, 138–144. Retrieved from <http://www.revistas.usp.br/risco/article/viewFile/44756/48386>
- Andresen, T. & Marques, T.P.(2001). *Jardins Históricos do Porto*. Lisboa: Edições inapa.
- Atena, A. (2009). *Percepção Ambiental do Parque Urbano Moinhos de Vento, Porto Alegre- RS, Brasil*. Universidade Técnica de Lisboa. Retrieved from [https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/1894/1/Tese.doc.10 arial.final.pdf](https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/1894/1/Tese.doc.10%20arial.final.pdf)
- Azevedo, I. (2013). *Os Jardins da Cidade, Do jardim privado aos espaços verdes enquanto elementos estruturantes do espaço urbano*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Ciências e Tecnologia - Universidade de Coimbra, Portugal.
- Azevedo, J. & Gonçalves, A. (2009). *Manual de boas práticas em espaços verdes* (Câmara Municipal de Bragança).
- Barnerjee, T. (2001). The future of Public Space. *APAjournal*. V67, 9-24.
- Cabral, F. C., & Telles, G. R. (2005). *A Árvore em Portugal*. (A. & Alvim, Ed.) (0541 ed.). Lisboa.
- Carvalho, A. M. (2009). *Pós-Modernismo: Passado ou Presente*. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Retrieved from http://urbanismo-portugal.net/files/upload/Dissertacoes/alexandra_carvalho.pdf
- Conway, H. (1996). *Public Parks*. (1996 Conway Hazel, Ed.) (Conway, Ha). Buckinghamshire: Ltd, Shire Publications.
- Cranz, G., & Boland, M. (2004). EDRA | Defining the Sustainable Park: A Fifth Model for Urban Parks. *Landscape Journal*, 23, 102–120. Retrieved from <http://www.edra.org/content/defining-sustainable-park-fifth-model-urban-parks>
- DeLima, S. B. S. (2007). A Influência Norte-Americana nos sistemas verdes do urbanista rancisco Prestes Maia. *Revista Paisagem E Ambiente*, 1–17.
- Fonseca, F., Gonçalves, A., & Rpdrigues, O. (2010). Comportamentos e Percepções sobre os espaços verdes da cidade de Bragança. *Finisterra- Revista Portuguesa de Geografia*, 119–139. Retrieved from http://www.ceg.ul.pt/finisterra/numeros/2010-89/89_06.pdf

- Fonseca, M. & Abreu, D. (1999) Parques e Jardins Públicos na cidade de Lisboa: Características e representações. in *inforgeo: III Congresso da Geografia Portuguesa, Porto, Setembro de 1999, (327-340)*.
- Grau, L.A. (1979). *Calendario do Horticultor* (Editorial Presença). Lisboa
- Hobsbawm, E. J. (1961). *A Era das Revoluções*. (P. Terra, Ed.). Londres. Retrieved from <http://controversia.com.br/wp-content/uploads/2015/03/HOBSBAWM-E.-A-era-das-revolu%C3%A7%C3%B5es.pdf>
- Leitão, A. B. (2013). Teoria e Métodos em Arquitectura Paisagista e Ordenamento do Território Índice. In *Teoria e Métodos em Arquitectura Paisagista e Ordenamento do Território* (pp. 1–14). Faro.
- Loboda, C. R., & Angelis, B. L. D. (2005). FUNÇÕES. *Ambiência - Revista Do Centro de Ciências Agrarias E Ambientais*, 125–139.
- Magalhães, M. R. (1992, July). A Evolução do Conceito de espaço verde público urbano.pdf. *Agros*, 10–18.
- Magalhães, M. R. (2001). *Morfologia e Complexidades* (Real Estmp). Lisboa.
- Maller, C., Townsend, M., St Leger, C. H.-W., Pryor, A., Prosser, L., & Moore, M. (2009). Healthy Parks, Healthy People: The Health Benefits of Contact With Nature in a Park Context. *A Review of Relevant Literature*, 51–83. Retrieved from <http://www.georgewright.org/262maller.pdf>
- Miller, E. Lynn - Parques: os génios da civilização. In *Parques Urbanos e Metropolitanos*. Porto: Câmara Municipal do Porto, 2006. P28.
- Mota, B. (2010). *Tocar o verde, Análise da Função Sócio-ambiental do Jardim Soares dos Reis, Jardim do Morro e Parque da Lavandeira*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Belas Artes- Universidade do Porto, Portugal.
- Nefedov, Valery - Parques urbanos e suburbanos de São Petersburgo: evolução da forma e das funções. In *Parques Urbanos e Metropolitanos*. Porto: Câmara Municipal do Porto, 2006. P.122
- Paiva, P. S. de O. (2004). *Paisagismo I -Histórico, Definições e Caracterizações*. Universidade Federal de Lavras. Retrieved from

<http://www.ceap.br/material/MAT13022014153207.pdf>

Pardal, S. (2006). *Parque da Cidade do Porto* (GAPTEC: Ga). Lisboa: 2006. Retrieved from <http://www.sidoniopardal.com/livroparquecidadeporto.pdf>

Pereira, M. P. R. (2011). *Espaços Verdes Urbanos*. Universidade Técnica de Lisboa. Retrieved from https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/3879/1/Tese_MRP_2011.pdf

Quintas, A. V. (2014). de desenvolvimento das cidades. *A Obra Nasce*, 153–167.

Sá, J. F. de. (2013). *Espaços Verdes em meio urbano: uma abordagem metodológica com base em serviços de ecossistema*. Instituto Superior Técnico de Lisboa. Retrieved from https://fenix.tecnico.ulisboa.pt/downloadFile/395146020451/DISSERTA%C3%87%C3%83O_OUT_2013_JOANA_DE_S%C3%81.pdf

Santos, J.Q. Fertilização, (1991), Fundamentos da utilização dos adubos e correctivos. (Europa-América) Mem Martins

Santos, R. R. (2006). O Movimento dos Parques Urbanos. Faculdade de Engenharia e Recursos Naturais. Universidade do Algarve

Santos, L. A. da R. (2013). *Parques Urbanos: uma proposta de atividades de Divulgação Científica para o Parque da cidade do Porto*. Universidade do Porto. Retrieved from <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/70794/2/11453.pdf>

Scalise, W. (2002). AH - Parques Urbanos. Retrieved August 22, 2015, from http://www.unimar.br/feat/assent_humano4/parques.htm

Thompson, Catherine Ward - Da paisagem do jardim inglês ao parque urbano: temas comuns num mundo em mudança. In *Parques Urbanos e Metropolitanos*. Porto: Câmara Municipal do Porto, 2006.P40

Ulrich, R. S. (1984). View through a Window May Influence Recovery from Surgery. *Science, New Series*, 224(4647), 420–421. Retrieved from http://www.ideal.forestry.ubc.ca/frst524/09_ulrich.pdf

Vivancos, A. D.(1989) Tratado de fertilizacion. (Mundi-prensa). Madrid

Walker, C. (2004). *The Public Value of Urban Parks*. Washington, DC. Retrieved from

<http://www.wallacefoundation.org/knowledge-center/urban-parks/Documents/The-Public-Value-of-Urban-Parks.pdf>

Referências iconográficas

Figura 1 - https://en.wikipedia.org/wiki/Vaux-le-Vicomte#/media/File:Kasteel_van_Vaux-le-Vicomte_-_Maincy_06.jpg

Figura 2 - https://www.google.pt/search?q=vaux+le+vicomte&client=aff-maxthon-maxthon4&hs=uqt&affdom=maxthon.com&channel=t28&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ved=0ahUKEwjooeXxoL7OAhXFQBQKHUefD2AQ_AUICCgB&biw=1367&bih=608#imgcr=foyBhk0wNCCHGM%3A

Figura 3 - https://www.google.pt/search?q=victoria+park&client=aff-maxthon-maxthon4&hs=Mtt&affdom=maxthon.com&channel=t28&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ved=0ahUKEwjXqqiyycDOAhVG1xQKHYY6qAuMQ_AUICSgC&biw=1367&bih=608#channel=t28&tbm=isch&q=segundo++victoria+park+-+james+pennethorne&imgcr=LG5VzV9YMIYXfM%3A

Figura 4 - https://www.google.pt/search?q=victoria+park&client=aff-maxthon-maxthon4&hs=Mtt&affdom=maxthon.com&channel=t28&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ved=0ahUKEwjXqqiyycDOAhVG1xQKHYY6qAuMQ_AUICSgC&biw=1367&bih=608#channel=t28&tbm=isch&q=segundo++victoria+park+-+james+pennethorne&imgcr=reYIZmdselWUuM%3A

Figura 5 - https://www.google.pt/search?q=central+park&client=aff-maxthon-maxthon4&hs=svZ&affdom=maxthon.com&channel=t28&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ved=0ahUKEwjAxZvC08DOAhVMNxQKHbjtBhcQ_AUICCgB&biw=1367&bih=608#imgcr=kY0r-y1I05VFqM%3A

Figura 6 - https://www.google.pt/search?q=central+park&client=aff-maxthon-maxthon4&hs=svZ&affdom=maxthon.com&channel=t28&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ved=0ahUKEwjAxZvC08DOAhVMNxQKHbjtBhcQ_AUICCgB&biw=1367&bih=608#imgcr=lrcoaTToaGHjVM%3A

Figura 7 - Fonte Google Earth - imagem modificada em software Photoshop

Figura 8 - Fonte Google Earth - imagem modificada em software Photoshop

Figura 9 - Fonte datada de 1911, fonte: autor

Figura 10 – Fonte autor – Imagem modificada em Software Autocad

Figura 11 - Fonte autor - Imagem modificada em software photoshop

Figura 12 - Fonte autor - Imagem modificada em software photoshop

Figura 13 - Fonte autor

Figura 14 - Fonte autor - Imagem modificada em software photoshop

Figura 15 - Fonte autor

Figura 16 - Fonte autor - Imagem desenvolvida em Software Lumion

Figura 17 - Fonte autor - Imagem desenvolvida em Software Lumion

Figura 18 - Fonte autor - Imagem desenvolvida em Software Lumion

Figura 19 - Fonte autor - Imagem desenvolvida em Software Lumion

Figura 20 - Fonte autor - Imagem desenvolvida em Software Lumion

Figura 21 - Fonte autor - Imagem desenvolvida em Software Lumion

Figura 22 - Fonte autor - Imagem desenvolvida em Software Lumion

Figura 23 - Fonte autor - Imagem desenvolvida em Software Lumion

Figura 24 - Fonte autor - Imagem desenvolvida em Software Lumion

Figura 25 - Fonte autor - Imagem desenvolvida em Software Lumion

Figura 26 - Fonte autor - Imagem modificada em software photoshop

Figura 27 - Fonte autor - Imagem modificada em software photoshop

Figura 28 - Fonte autor - Imagem modificada em software photoshop

Anexos

Frequência de manutenção de trabalhos	
D	Diariamente
S	Semanalmente
Q	Quinzenalmente
M	Mensalmente
SN	Sempre que necessário
P	Periodicamente

Tipo de mão de obra	
1	Jardineiro
2	Ajudante de Jardineiro
3	Técnico

Quadro de manutenção de Árvores														
Tipo de trabalho a realizar	Tipo de Mão de obra	Frequência												
		Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
Limpeza de áreas plantadas	2	SN	SN	SN	SN	SN	SN	SN	SN	SN	SN	SN	SN	SN
Poda	3	P	P	P									P	P
Adubaçao	1 ou 2			P							P			P
Rega	2	SN	SN	SN	Q	S	S	S	S	S	S	S	Q	SN

Quadro de manutenção de Herbaceas e arbustos														
Tipo de trabalho a realizar	Tipo de Mão de obra	Frequência												
		Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
Limpeza de áreas plantadas	1 ou 2	SN	SN	SN	SN	SN	SN	SN	SN	SN	SN	SN	SN	SN
Plantação	1 ou 2	P	P	P									P	P
Poda	1	P	P	P									P	P
Adubaçao	1 ou 2			P							P			P
Rega	2	SN	SN	SN	S	D	D	D	D	D	D	D	S	SN
Tratamentos	2 ou 3		SN	SN	SN	SN	SN	SN	SN	SN	SN	SN	SN	SN

Quadro de manutenção de relvados														
Tipo de trabalho a realizar	Tipo de Mão de obra	Frequência												
		Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
Plantação	1 ou 2	P	P	P									P	P
Corte	1 ou 2	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M
Adubaçao	1 ou 2			P							P			P
Tratamentos	1 ou 3		SN	SN	SN	SN	SN	SN	SN	SN	SN	SN	SN	SN